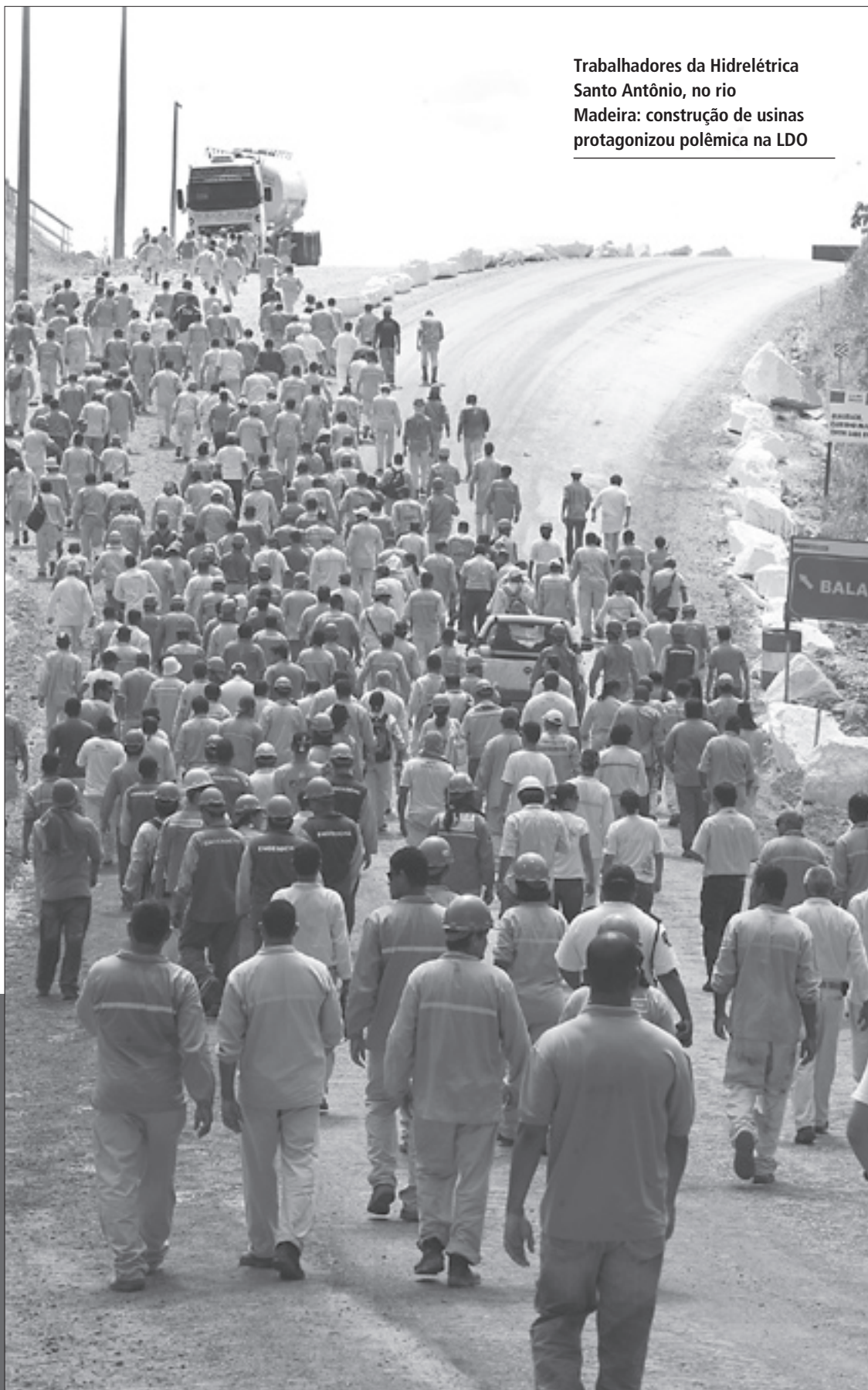


MARCELLO CASAL JR. / ABR



Trabalhadores da Hidrelétrica Santo Antônio, no rio Madeira: construção de usinas protagonizou polêmica na LDO

Senado vota e busca a eficiência, diz Sarney

O presidente do Senado afirma que crise política não impediu a Casa de produzir e buscar a eficiência operacional. No primeiro semestre, segundo ele, foram aprovados 188 projetos de lei e adotadas 40 medidas para sanear a administração.

página 12

Planalto sinaliza vetos à LDO para investir no PAC

Governo poderá suprimir dispositivo que restringe a obras do PAC efetivamente realizadas em 2009 o pagamento com recursos dos restos a pagar. Limite faz parte do acordo governo-oposição que viabilizou aprovação da LDO.

páginas 2 e 3

e mais...

ambiente legal	8
agora é lei	9
projetos aprovados	11
voz do leitor	15
frases	15
pergunte ao senador	15



cidadania

Cadastro simplifica a adoção

Cruzamento de informações sobre interessados em adotar e sobre crianças à espera de uma família acelera o processo de adoção. O banco de dados nacional revela que há 22 mil pretendentes à adoção para 3,5 mil crianças.

página 16

Instalados Conselho de Ética e CPI da Petrobras

páginas 4 e 5

Salário deve ser pago em banco de livre escolha

página 6

Senadores propõem voto de censura a fala de Lula

página 11

Municípios reagem melhor à crise

Estudo divulgado pela Confederação Nacional de Municípios revela uma melhoria na situação fiscal das prefeituras. Mesmo assim, os participantes da Marcha dos Municípios querem mais recursos para administrar cidades.

página 7

orçamento

Lula pode vetar dispositivo que restringe repasses ao PAC em ano eleitoral

Medida foi inserida na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2010 por emenda da oposição. Outra derrota para o governo, na votação da quarta-feira passada, foi a exclusão das estatais do critério de repasse de 1/12 avos, caso o Orçamento não seja aprovado ainda este ano

O Congresso encaminha nesta semana o texto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2010, aprovado na última quarta-feira, para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Apesar do entendimento com as lideranças partidárias de que não haveria vetos aos pontos que integraram o acordo com a oposição, o governo já sinalizou que poderá suprimir o dispositivo que restringe o pagamento com recursos empenhados este ano (inscritos nos chamados restos a pagar) apenas a obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) efetivamente realizadas em 2009.

A oposição pretende colocar um torniquete no principal programa de investimentos do governo Lula em um ano de disputa eleitoral. Os líderes do PSDB e do DEM na Câmara afirmam que o cronograma de execução do PAC encontra-se muito atrasado. O líder da minoria na Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado Otávio Leite (PSDB-RJ), informou que o governo conseguiu realizar até agora apenas 5% dos investimentos do PAC para este ano.

O secretário-executivo do Ministério do Planejamento, João Bernardo Brinigel, avisou, em reunião com a bancada governista no final da tarde de quarta-feira, que essa restrição comprometeria o andamento do PAC no próximo ano, considerado fundamental pelo governo para enfrentar os reflexos da crise internacional sobre a economia do país. Por isso, o veto deverá restabelecer a

possibilidade de gastar em 2010 os recursos do PAC empenhados em 2009, mesmo que as obras não sejam iniciadas neste ano.

As negociações de última hora impuseram uma outra derrota considerada séria pela área técnica do governo, com a diferença que não há como desfazê-la pelo veto presidencial. Liderada pelo PSDB, a oposição conseguiu retirar o dispositivo que incluía os investimentos das estatais na regra da execução provisória do Orçamento, que libera 1/12 avos do valor



0 1º vice-presidente da Câmara, deputado Marco Maia, preside a última reunião deliberativa do Congresso, na quarta-feira, quando foi votada a LDO para 2010

orçado pelo Executivo para as despesas de custeio da máquina federal consideradas inadiáveis, como as contas de água, luz e telefone. As despesas obrigatórias – como pessoal, aposentadorias e pensões, seguro-desemprego, Bolsa Família e merenda escolar – são liberadas mesmo sem orçamento aprovado (ver quadro).

Assim, se o clima de disputa eleitoral antecipada empenhar a votação do Orçamento até o final de dezembro – repetindo o que ocorreu com a lei de 2008, aprovada somente em março daquele ano em decorrência das eleições dos prefeitos –, as estatais não terão como iniciar seus investimentos em janeiro.

No entanto, apesar de todas as pressões da oposição, o governo conseguiu assegurar a folga fiscal para seus investimentos no último ano da administração do presidente Lula. A meta do superávit primário será de 3,3% do PIB para 2010. Desse cálculo, poderão ser abatidos os investimentos do PAC (R\$ 22,5 bilhões) e os gastos

das empresas do grupo Petrobras. Os estados e municípios poderão dar contribuição menor no esforço fiscal para pagar juros da dívida pública – de 0,95% do PIB para 0,90% –, desde que essa diferença seja aplicada em investimentos.

A queda de braço em torno do substitutivo do deputado Wellington Roberto (PR-PB), que se ausentou por motivos de saúde da votação final em Plenário – o projeto acabou relatado pelo deputado João Leão (PP-BA) –, antecipou o clima que o governo deve enfrentar para aprovar o Orçamento de 2010. “A cada momento aparece um pleito diferente”, desabafou o secretário-executivo do Planejamento, após reunião com parlamentares.

Para votar a LDO de 2010, vários obstáculos precisaram ser superados, como a instalação da CPI da Petrobras, a eleição do presidente do Conselho de Ética do Senado, a liberação de R\$ 1 bilhão das emendas parlamentares ao Orçamento deste ano, além do crédito para a reforma do Palácio do Planalto, incluído no PLN 25/CN, no valor de R\$ 119,12 milhões.

Congresso fecha a brecha para superfaturamento em obras públicas

Por pressão do Tribunal de Contas da União (TCU), apoiado pelos partidos de oposição DEM, PSDB e PPS, o governo teve de ceder em uma das questões mais polêmicas do substitutivo do deputado Wellington Roberto (PR-PB) ao projeto da LDO. O critério que serve de referência para fixar o preço de contratação e execução de obras e serviços com recursos da União, alterado na última hora na CMO, voltou a ser o mesmo que está na LDO de 2009.

A regra atual, resgatada durante a votação no Plenário, estabelece que os custos unitários de insumos e serviços devem ser iguais ou menores à média dos preços levantados pela Caixa Econômica Federal, divulgados mensalmente no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi), voltado para edificações. No caso de obras e serviços rodoviários, os preços não podem ultrapassar os valores da tabela do Sistema de Custos Rodoviários (Sicro), atualizado a cada dois meses pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

Na avaliação do TCU, a flexibilização desse critério, como pretendia o governo, permitiria contratar

obra com recursos públicos com preços superiores aos de mercado, já que os valores apenas teriam que acompanhar a média das duas tabelas, retirando a obrigatoriedade de se ter um teto para os custos. O argumento do Dnit para obter a mudança na CMO foi a falta de flexibilidade para adequar diferenças regionais na composição dos custos de obras e serviços.

O secretário de obras do TCU, Carlos Sebastião Costa, explicou que as tabelas já contemplam essa regionalização. O Sicro levanta mais de mil itens entre insumos e serviços em dez capitais do país. Mais amplo, o Sinapi pesquisa preços de 7 mil insumos e 2,5 mil serviços em 27 capitais.

Acréscimo ao texto, feito em Plenário, deixa claro que os vencedores de licitações de obras e serviços públicos não serão obrigados pelo TCU a reduzir preços unitários que eventualmente sejam superiores aos dos concorrentes derrotados que ofereceram preço global maior. Outra mudança assegurou que as prefeituras e os governos estaduais não mais terão os recursos de todos os convênios bloqueados quando um deles apresentar irregularidade. Agora serão suspensos apenas os repasses do convênio irregular.

Regras da LDO deste ano foram restabelecidas para 2010

Glossário

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) – Define as metas e as prioridades para cada ano, orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual, dispõe sobre as alterações na legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento, como o BNDES.

Lei Orçamentária Anual (LOA) – Estima as receitas e programa as despesas de cada ano, de acordo com o PPA e a LDO.

Plano Plurianual (PPA) – É o principal instrumento legal de planejamento do governo, contendo diretrizes, objetivos e metas para um período de quatro anos. A exemplo das outras leis orçamentárias (LOA e LDO), é proposto pelo Executivo e entra em vigor após a discussão e aprovação pelo Congresso Nacional.

Restos a pagar – São as despesas orçamentárias empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro. Elas representam obrigações a pagar no exercício seguinte.

Empenhar – É o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento. Na prática, por meio dele um gestor público destina parcela de verbas orçadas para o pagamento de pessoal, fornecedores de bens e serviços etc.

Despesas correntes – Gastos feitos para manter as atividades da administração pública, como pessoal, juros da dívida, material de consumo, pagamento de água, luz e energia, despesas com gastos sociais.

Contingenciamento – Mecanismo que permite ao Executivo retardar a execução de despesas previstas no Orçamento e, até mesmo, não executá-las. Na prática, o contingenciamento pode tornar sem efeito decisões orçamentárias consolidadas em lei.

Superávit primário do setor público consolidado – É o quanto de receita a União, os estados, os municípios e as empresas estatais conseguem economizar, sem considerar os gastos com os juros e encargos da dívida pública. A meta indica quanto o governo se compromete a poupar para pagar os juros da dívida.

Dívida pública – Total das dívidas contraídas pela União, pelos estados e municípios. Pode ser classificada como dívida interna (quando o governo deve dinheiro a entidades do próprio país) ou externa (quando o endividamento é com entidades de outros países).

Produto interno bruto (PIB) – Soma de todos os bens produzidos dentro do território de um país ou estado. O PIB per capita é o resultado da divisão do PIB pela respectiva população.

Lei Kandir – (Lei Complementar 87/96, alterada por diversas outras leis complementares nos últimos anos) – Dispensou o ICMS em produtos destinados à exportação, bem como em serviços prestados no exterior. Causou perda de arrecadação de impostos por estados e municípios, que foram ressarcidos pela União com o repasse de recursos financeiros.

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) – Tributo estadual que incide a movimentação de produtos, como alimentos e eletrodomésticos, e serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação. Incide também importações, mas não sobre as exportações. É não cumulativo, ou seja, em cada fase da operação é compensado o valor devido com o montante cobrado anteriormente. Cabem aos municípios 25% do ICMS arrecadado.

Fontes: Cartilha “Para entender o Orçamento”/Siga Brasil.



Palácio do Planalto em reforma: até o crédito especial de R\$ 119,2 milhões para a obra entrou na negociação para votar a LDO 2010

As diretrizes para o Orçamento 2010

Conheça alguns dos principais pontos do projeto aprovado pelo Congresso

- Se o orçamento não for aprovado até o final do ano, o governo poderá executar em 2010 os valores orçados para determinadas despesas, como as obrigatórias (pessoal, aposentadorias e pensões, seguro-desemprego, Bolsa Família, transferências para estados e municípios e merenda escolar), bolsas de estudo e de residência médica, estagiários, defesa civil, estoques reguladores e despesas com as eleições de 2010.
- Serão realizados debates para subsidiar as decisões da Comissão Mista de Orçamento sobre as obras e serviços com indícios de irregularidades identificados pelas auditorias do Tribunal de Contas da União (TCU).
- Os Três Poderes – Legislativo, Executivo e Judiciário – e o Ministério Público, incluindo os órgãos da administração direta e indireta (como as estatais), deverão divulgar na internet, com atualização periódica, a relação de servidores e terceirizados, com nome, cargo, função, lotação e local de exercício. Outra tabela deverá conter a estrutura de remuneração dos cargos.
- Esses mesmos órgãos serão obrigados a divulgar na internet a lista atualizada das entidades privadas para as quais liberaram recursos, não apenas com nome, endereço e CNPJ, mas também a relação dos diretores, área de atuação, data de assinatura do convênio, órgão repassador e valores liberados.
- O repasse de recursos para entidades filantrópicas dependerá da apresentação de certidão negativa de débitos com a Receita Federal e a dívida ativa da União, de certificados de regularidade com o FGTS e com o Cadastro Informativo dos Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (Cadin). Além da prestação de contas de recursos já recebidos, passa-se a exigir a inexistência de prestação de contas rejeitadas. O funcionamento regular da entidade será atestado por três autoridades locais e não mais pela própria entidade.
- Para ajudar municípios carentes, será criado um banco de projetos no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse, que poderão ser adaptados às realidades locais, sem custos, nas áreas de saneamento, escolas e postos de saúde, entre outras.
- As despesas com publicidade, diárias, passagens e locomoção no serviço público não poderão exceder os valores de 2009, exceto gastos com segurança pública, fiscalização, vigilância sanitária e epidemiológica, defesa civil, eleições, ações do PAC, despesas com a transição de governo e ações voltadas à Copa do Mundo de 2014 (neste caso, com divulgação mensal de gastos).
- Deverão constar da lei orçamentária todas as operações de aquisição de cotas do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização (FFIE), que tem natureza privada e é constituído por instituição financeira federal.

Previsão do governo para os próximos anos

Indicadores	2010	2011	2012
Crescimento real do PIB - %	4,5	5,0	5,0
Inflação (IPCA) - %	4,5	4,5	4,5
Taxa de câmbio (média) - R\$	2,3	2,3	2,3
Taxa de juros (média Selic) - %	10,2	10,1	10,0
Superávit primário consolidado - % do PIB	3,3	3,3	3,3

Fonte: Projeto da LDO.

crise

Com Paulo Duque à frente, Conselho de Ética volta à ativa

Novo presidente decidirá sobre denúncias contra José Sarney e Renan Calheiros feitas pelo PSOL e por Arthur Virgílio

O senador Paulo Duque (PMDB-RJ) foi eleito, na quarta-feira passada, presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, que estava sem funcionar desde o início do ano. Candidato único, ele recebeu 10 dos 15 votos dos senadores do conselho, com 4 votos em branco e 1 abstenção – antes da eleição, partidos de oposição anunciaram que votariam em branco.

Paulo Duque convocou nova reunião para o dia 5 de agosto, quando pretende realizar eleição para a vice-presidência e poderá apresentar seu parecer sobre a admissibilidade de duas representações apresentadas pelo PSOL e três denúncias feitas pelo senador Arthur Virgílio (PSDB-AM).

As representações são contra o atual presidente do Senado, José Sarney, e o ex-presidente Renan Calheiros (PMDB-

AL), por conta dos chamados atos secretos. As representações contra o atual presidente também se referem a denúncias de desvio de verbas da Fundação José Sarney, a empréstimos consignados concedidos a servidores do Senado com a interveniência de uma empresa do neto do senador e a declarações de Sarney, em Plenário, sobre sua participação na fundação.

Pelo regimento do Conselho de Ética, o seu presidente deve informar ao Plenário se aceita ou não uma investigação, no máximo, em cinco dias úteis – o período de recesso não é contado.

Arthur Virgílio afirmou que as oposições pretendem sempre recorrer ao Plenário e até à Comissão de Constituição e Justiça quando entenderem que as decisões do presidente do conselho não estiverem seguindo o regimento.

Valadares e João Ribeiro declinam de indicação para compor colegiado

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e João Ribeiro (PR-TO) declinaram de suas indicações para a composição do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado. Seus nomes e de outros senadores foram aprovados na terça-feira passada em votação no Plenário.

Valadares chegou a ser cotado para presidir o conselho. Ele leu em Plenário carta dirigida ao senador Aloizio Mercadante (PT-SP), líder do Bloco de Apoio ao Governo, solicitando sua substituição no colegiado “em caráter irrevogável”. Na carta, o senador sergipano agradece a indicação de Mercadante e a confiança dos líderes que apoiaram seu nome para a presidência do conselho. Ele diz também que chegou a pensar que sua indicação poderia alcançar o consenso necessário para que os trabalhos no órgão ocorressem num clima respeitoso,

mas observou que isso não ocorreu.

Inácio Arruda (PCdoB-CE) leu requerimento de João Ribeiro declinando da indicação para o conselho. João Ribeiro alegou ainda que “atos de parlamentares devem ser julgados pelo Supremo Tribunal Federal, como manda a Constituição federal”.



Segundo Valadares, seu nome não alcançou consenso para que trabalhos ocorressem bem

Composição do conselho

Titulares	Suplentes
Demostenes Torres (DEM-GO)	Antonio Carlos Júnior (DEM-BA)
Heráclito Fortes (DEM-PI)	Rosalba Ciarlini (DEM-RN)
Eliseu Resende (DEM-MG)	Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Wellington Salgado (PMDB-MG)	Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE)	Romero Jucá (PMDB-RR)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	Mão Santa (PMDB-PI)
Paulo Duque (PMDB-RJ)	Lobão Filho (PMDB-MA)
Marisa Serrano (PSDB-MS)	Arthur Virgílio (PSDB-AM)
Sérgio Guerra (PSDB-PE)	João Vicente Claudino (PTB-PI)
Gim Argello (PTB-DF)	Jefferson Praia (PDT-AM)
João Durval (PDT-BA)	Delcídio Amaral (PT-MS)
Antônio Carlos Valadares (PSB-SE)*	Ideli Salvatti (PT-SC)
João Pedro (PT-AM)	Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PCdoB-CE)	Augusto Botelho (PT-RR)

(*) O senador solicitou a sua substituição



Tuma (E), Paulo Duque e Papaléo na reunião em que senador fluminense foi eleito presidente do Conselho de Ética. Ao lado, Virgílio (3º à dir.) conversa com Jucá: líder tucano promete recorrer ao Plenário e à CCJ se regimento não for seguido



663 atos secretos são anulados

O presidente do Senado, José Sarney, anulou na segunda-feira passada os 663 atos administrativos editados nos últimos anos e que ficaram conhecidos como “atos secretos” por não terem obedecido ao princípio da publicidade, conforme determina o artigo 37 da Constituição.

A decisão foi embasada em relatório de comissão especial instituída pelo primeiro-secretário da Casa, Heráclito Fortes (DEM-PI), para investigar denúncias publicadas pela imprensa sobre a existência de tais atos.

Sarney também determinou à Diretoria-Geral da Casa que, em 30 dias, apresente relatório circunstanciado contendo as providências necessárias ao cumprimento das medidas adotadas, “assim como o integral ressarcimento aos cofres públicos dos recursos eventualmente pagos de forma indevida”.

PGR deverá investigar contas no exterior

José Sarney protocolou na Procuradoria-Geral da República (PGR) ofício solicitando investigação sobre a existência de contas em dólares mantidas por ele no exterior. A medida já havia sido anunciada em nota, depois de denúncia da revista *Veja* de que investigações realizadas após a liquidação do Banco Santos indicaram que Sarney teria mantido, entre 1999 a 2001, contas fora do Brasil não declaradas à Receita Federal.

No documento dirigido ao procurador-geral da República, Roberto Monteiro Gurgel Santos, Sarney confere poderes à Procuradoria para a obtenção de informações sobre contas bancárias, ações, depósitos, investimentos, propriedades ou outro tipo de movimentação financeira, em qualquer moeda ou valor, que eventualmente tenha possuído, em qualquer época.

O senador se compromete a assinar todos os documentos “necessários para esta ampla e cabal investigação”.

Virgílio propõe processo disciplinar

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), anunciou o envio ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar de pedido de instauração de processo disciplinar contra o senador José Sarney, presidente da Casa. Em sua opinião, Sarney teria mentido ao Senado sobre sua atuação junto à fundação que leva o seu nome, localizada em São Luís, o que configuraria quebra de decoro parlamentar.

Segundo o estatuto da fundação, recordou Arthur Virgílio, cabe ao presidente do Senado assumir as “responsabilidades financeiras” da organização.

Virgílio disse ainda ter recebido notícias sobre uma suposta quebra de seu sigilo fiscal, que ele interpretou como uma tentativa de intimidação.

– Há suspeitas de que tenham quebrado meu sigilo fiscal e torço para estar equivocado. Estamos vivendo um quadro de absoluta intimidação – afirmou.

Simon e Cristovam pedem renúncia

Pedro Simon (PMDB-RS) e Cristovam Buarque (PDT-DF) pediram que José Sarney renuncie à Presidência do Senado. Outros senadores solicitaram respostas rápidas à crise por que passa a instituição.

Simon disse que tem sentido vergonha pela crise no Senado e admitiu estar pensando em “ir para casa”, por acreditar que não tem condições de “fazer mais nada”. Cristovam observou que, hoje, o presidente do Senado corre o risco de perder o mandato.

Sérgio Guerra (PSDB-PE) classificou a presente crise vivida no Senado como devastadora e afirmou que o principal objetivo da Casa neste momento deveria ser o de amenizar a tensão. Renato Casagrande (PSB-ES) afirmou que, se a composição do Conselho de Ética for vista pela sociedade como a de um colegiado criado para “cumprir ordens”, vai prejudicar ainda mais a imagem da instituição.

petrobras

CPI é instalada e começa após recesso

Primeira reunião acontece em 6 de agosto. João Pedro quer convidar presidente da estatal para depor

O presidente da Petrobras, Sergio Gabrielli; o diretor de Abastecimento da estatal, Paulo Roberto Costa; o gerente-executivo de Comunicação Institucional da Petrobras, Wilson Santarosa; e o diretor-geral da Agência Nacional de Petróleo (ANP), Haroldo Lima, deverão ser os primeiros depoentes convocados pela CPI que entrou em funcionamento no Senado na terça-feira passada. Para o senador João Pedro (PT-AM), presidente da comissão, é importante que as atividades da CPI comecem com a audiência desses dirigentes e, por isso, defenderá a proposta na primeira reunião da comissão, no dia 6 de agosto.

– Considero a presença dos diretores da Petrobras ideal para avançarmos nos esclarecimentos e aprofundarmos o debate sobre a instituição.

Na sexta-feira, em Plenário, ele reafirmou que irá conduzir os trabalhos da CPI com isenção.

– A minha vontade é de propiciar um debate esclarecedor, que ajude a Petrobras a esclarecer dúvidas e interrogações do povo brasileiro – afirmou. Ele salientou ainda que a responsabilidade dos senadores em dar respostas à opinião pública se torna ainda maior quando se observa que a Petrobras possui 54 mil funcionários, tem ações na Bolsa de Valores brasileira e na de Nova York, sendo ainda responsável por explorar a produção de petróleo da camada pré-sal na costa brasileira.

Segundo a assessoria da CPI, nas primeiras 24 horas após a instalação da comissão, foram apresentados 82 pedidos de informações e convites para depoimentos. Todos eles serão examinados em agosto, juntamente com o plano de trabalho a ser

apresentado pelo relator, senador Romero Jucá (PMDB-RR).

Base governista domina cargos de direção

Sob críticas, a base do governo conseguiu indicar o presidente e o relator da comissão. Os senadores Alvaro Dias (PSDB-PR), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Sérgio Guerra (PSDB-PE) e José Agripino (DEM-RN) criticaram a base do governo por acumular os cargos de presidente e relator. Eles argumentaram que a tradição na Casa é a de dividir o comando das CPIs com a oposição.

Para Alvaro Dias, “esse desrespeito à tradição faz da comissão uma CPI chapa-branca”. Já Agripino avaliou que o governo revelou temer as investigações.

Ao contestar esses parlamentares, o líder do PT no

Senado, Aloizio Mercadante (SP), declarou que essa tradição nunca existiu. Durante o governo Fernando Henrique Cardoso, lembrou, o PT não ocupou a relatoria de nenhuma CPI.

João Pedro foi eleito com 8 votos, enquanto o candidato da oposição, Alvaro Dias, recebeu 3 votos. A primeira decisão de João Pedro foi utilizar sua prerrogativa de presidente da CPI para indicar Romero Jucá como relator. Companheiro de chapa de João Pedro, o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) foi eleito vice-presidente.

Questionado por jornalistas se a Fundação Sarney – acusada de desviar recursos da Petrobras – será investigada, Jucá respondeu que essa questão ainda será analisada pela CPI.

Os senadores Alvaro Dias e Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) foram os primeiros a apresentar uma série de solicitações de depoimentos e informações sobre a estatal.



O relator Romero Jucá (E), o presidente João Pedro e o vice Marcelo Crivella: oposição reclamou de não estar na direção

FOTOS: WALDEIR RODRIGUES

Só nas primeiras 24 horas, 82 requerimentos apresentados

Refinaria em PE é alvo dos primeiros requerimentos

Logo após a instalação da CPI da Petrobras, os senadores Alvaro Dias e Antonio Carlos Júnior apresentaram requerimentos. Em um deles, Alvaro Dias solicita à Polícia Federal cópia do inquérito sobre supostas irregularidades na construção da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco. Em outro, Antonio Carlos Júnior pede a convocação de quatro diretores da empresa Camargo Corrêa, acusada nas denúncias sobre a Refinaria Abreu e Lima. Ambos pedem, também, que a Polícia Federal forneça cópia do inquérito sobre a Operação Águas Profundas.

Antonio Carlos Júnior solicita ainda a convocação de depoentes para tratar das denúncias de irregularidades no uso das verbas que a Petro-

bras libera a título de patrocínio. Alvaro Dias, por sua vez, pede que a Fundação José Sarney apresente cópias de todas as prestações de contas e notas fiscais relativas às ações financiadas com verbas de patrocínio da estatal.

No total, Alvaro Dias apresentou 28 requerimentos à CPI, dos quais seis tratam de convocações e convites para depoimentos e 22 se referem a solicitações de informações e documentos. Já Antonio Carlos Júnior apresentou nove requerimentos.



Antonio Carlos Júnior (E) e Alvaro Dias (C) apresentaram juntos 37 requerimentos à CPI

Denúncias a serem investigadas



Superfaturamento na construção da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, apontado em relatório do Tribunal de Contas da União e incluído na Operação Castelo de Areia



Fraudes investigadas pelo Ministério Público no pagamento de acordos e indenizações pela ANP a usineiros



Desvio de dinheiro dos royalties do petróleo, apontado pela Operação Royalties, que envolveria esquema entre a ANP e várias prefeituras do RJ



Uso de artifícios contábeis para o não recolhimento de impostos e contribuições no valor de R\$ 4,3 bilhões



Indícios de fraude nas licitações de plataformas de exploração de petróleo apontados pela Operação Águas Profundas, da Polícia Federal



Irregularidades no uso de verbas de patrocínio



Empréstimo de R\$ 2 bilhões tomado na Caixa Econômica Federal



Venda do combustível para termelétricas do Norte a preços acima da média de mercado, segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)

Fonte: Requerimento de criação da CPI



trabalho

Empregado poderá escolher banco onde recebe salário

Para o relator, Inácio Arruda, proposta vai facilitar a vida dos trabalhadores, que poderão optar pela agência mais próxima da sua casa ou do seu trabalho, além de aumentar a concorrência entre bancos

O direito de escolher em que banco, agência e conta o trabalhador quer receber o salário pode estar mais perto. A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou projeto que tira do empregador o poder de impor o banco ao empregado.

Pelo texto aprovado, do relator Inácio Arruda (PCdoB-CE), caberá ao trabalhador privado, ao servidor público e ao aposentado ou pensionista indicar a institui-

ção bancária de sua preferência para receber seus vencimentos. Arruda se baseou em dois projetos de 2004 (PLSs176 e 340), dos senadores Romeu Tuma (PTB-SP) e Aloizio Mercadante (PT-SP).

Segundo Mercadante, atribuir ao empregador a escolha de uma única instituição financeira para gerenciar a folha de pagamento é uma reserva de mercado que favorece os bancos. Como os empregados representam um

mercado cativo, a concorrência deixa de existir, fazendo com que as instituições cobrem tarifas e juros maiores do que cobriam se os assalariados pudessem escolher outro banco.

– A legislação que rege o pagamento dos salários dos empregados é uma violação do direito individual – afirma.

Para Inácio Arruda, o projeto vai facilitar a vida dos trabalhadores. O empregador escolhe o banco de sua conveniência, que

proporcione mais ganho e comodidade para a empresa. Porém, diz, o ideal é que o trabalhador possa escolher a agência mais próxima do seu local de trabalho ou da sua casa, o que beneficiaria inclusive as suas atividades profissionais.

Arruda ressalta ainda que a proposta vai além da Resolução 3.402/06 (*leia mais ao lado*), que proibiu aos bancos a cobrança de tarifas sobre as contas-salário. A resolução apenas resolveu o problema das tarifas, mas não garantiu o direito de escolha, além de não ter a força de lei.

– Normalmente as empresas, no setor público ou privado, vendem a folha de pagamento a determinado banco. É um grande negócio, sem participação nenhuma dos trabalhadores. Ora, se você, como trabalhador, não participa de nenhuma forma dessa discussão, por que tem que permanecer amarrado a um banco, que muitas vezes presta um serviço de péssima qualidade? – questiona o relator.

Pela proposta, no caso do acordo coletivo de trabalho, os trabalhadores poderão ter um poder extra de barganha: como as empresas terão um custo maior para distribuir os salários entre vários bancos, eles podem renunciar ao direito de escolha e negociar com os empregadores outros benefícios mais atraentes.

O projeto deve ir para a Câmara em agosto, depois de a CAS finalizar a análise da proposta (turno suplementar).

Banco não pode cobrar tarifas de contas-salário

Desde 2 de janeiro passado, os bancos só podem executar a folha de pagamento de empresas usando a conta-salário. É o que estabelecem as resoluções 3.402 e 3.424 do Conselho Monetário Nacional, ambas de 2006.

A conta-salário é aberta exclusivamente pelo empregador para depositar remunerações do empregado. Ela não aceita outro tipo de depósito e não pode ser movimentada com cheque. O empregado pode pedir ao banco em que tem conta-salário que transfira o dinheiro para outra conta mensalmente até as 12h do dia do crédito do salário.

O banco pode, antes de fazer a transferência solicitada, descontar parcelas de empréstimo consignado.

Na conta-salário, o banco não pode cobrar:

- ✓ pela transferência para outra conta indicada pelo empregado, desde que seja transferido valor total do salário, de uma única vez;
- ✓ pelo fornecimento de cartão magnético, a não ser para reposição;
- ✓ por até cinco saques mensais;
- ✓ por, pelo menos, duas consultas de saldo por mês;
- ✓ por, pelo menos, dois extratos mensais; e
- ✓ pela manutenção da conta, inclusive se não houver movimentação.

Os recursos da conta-salário podem ser sacados em terminais de autoatendimento, no caixa do banco, em lotéricas, ou por outro meio definido pela empresa e pelo empregador. Além disso, o trabalhador pode debitar faturas na conta-salário ou usar o cartão de débito para fazer pagamentos.



Trabalhadores esperam atendimento em fila de banco: para Mercadante (*ao lado*), autor da proposta, poder do empregador de escolher banco para gerenciar folha de pagamento fere o direito individual e distorce o mercado



J. FREITAS

Folha de pagamento gera mercado bilionário

O negócio das folhas de pagamento movimentava bilhões de reais, especialmente no setor público, ainda não atingido pela resolução do CMN que criou a conta-salário. Só a Nossa Caixa, hoje do Banco do Brasil, pagou ao governo de São Paulo, em 2007, R\$ 2,1 bilhões pela exclusividade para gerenciar a folha de pagamento de 1 milhão de servidores.

Não é à toa que os bancos investem nesse filão. Além dos ganhos com a aplicação dos recursos entre a data em que são recebidos do empregador e a em que são depositados na conta do trabalhador, eles ganham com produtos e serviços que vendem à clientela cativa, especialmente o crédito consignado.

Mais ainda, há o ganho com as tarifas. Segundo dados do Banco Central, os brasileiros fizeram 7,22 bilhões de transferências entre contas em 2008, 157% a mais que em 2003, pelas quais pagaram aos bancos R\$ 6,038 bilhões, 315% a mais que em 2003. Muitas delas foram pagas por correntistas de contas-salário.

Servidores só terão conta-salário a partir de 2012

Ao contrário do que estabelece o substitutivo aprovado na CAS, pelas regras do Conselho Monetário Nacional (CMN) a adoção da conta-salário para a folha de pagamento do setor público somente passará a ser obrigatória a partir de 2 de janeiro de 2012.

No entanto, atualmente, mesmo que os proventos dos servidores sejam creditados em contas comuns, os contratos dos órgãos públicos com os bancos devem ter cláusulas que proíbam a cobrança de tarifas para, no mínimo, os seguintes serviços:

- ✓ transferência, total ou parcial, dos créditos para outras instituições;
- ✓ saques, totais ou parciais, dos créditos; e
- ✓ fornecimento de cartão magnético e de talonário de cheques.

Sem escolha, aposentada recebe em agência distante de casa

Maria Domícia Rodrigues é um exemplo das dificuldades que a impossibilidade de escolher o banco onde receber a aposentadoria causa. Com 79 anos e portadora do mal de Parkinson em estágio avançado, ela foi aposentada pelo governo de Goiás e recebe seu benefício por meio de uma agência do banco Itaú no centro de Brasília.

O problema é que Dona Maria já não consegue ir ao banco sozinha e, em razão da doença, teve que se mudar para a casa da filha, que trabalha onde não existem

agência ou terminal do Itaú, mas sim do Banco do Brasil. Dessa forma, além dos cuidados com a mãe, a filha tem que se deslocar para tomar qualquer providência bancária onde Maria recebe seu benefício. A aposentada reclama:

– A gente já dá tanto trabalho e ainda tem mais essa complicação. Minha filha tem que deixar de fazer as coisas dela para pegar um cartão, fazer recadastramento. Seria tão mais fácil se eu pudesse escolher. Minha filha poderia resolver tudo na agência onde ela já tem conta.

SEIS DATAS DIFERENTES DE VENCIMENTO DE CONTAS

O Senado aprovou o projeto de lei da Câmara (PLC 104/05) que obriga as concessionárias de serviço público a oferecer ao consumidor e ao usuário, no mínimo, seis datas opcionais para o vencimento de seus débitos.

A concessionária ou permissionária de serviços públicos que desrespeitar os direitos dos usuários e consumidores estará sujeita às sanções previstas em lei.

Por ter sido alterado no Senado, o projeto agora volta à Câmara para nova votação.

municípios

MARCELLO CASAL JR./ABR



Presidente Lula e ministros participaram da abertura da marcha: longa lista de reivindicações ao governo federal

Prefeituras dão sinal de reação à crise

Estudo divulgado durante a 12ª Marcha dos Municípios, em Brasília, mostra que cenário fiscal nas cidades é melhor do que o imaginado

Pelo 12º ano consecutivo, prefeitos, secretários municipais e vereadores trouxeram a Brasília, com a Marcha dos Municípios, uma longa lista de reivindicações para garantir mais recursos e facilitar a administração.

Este ano, a marcha foi além da cobrança por demandas pontuais junto ao governo (desburocratização, melhoria do transporte escolar, diminuição da contrapartida dos municípios para obras do Programa de Aceleração do Crescimento e do programa Minha Casa, Minha Vida) e da pressão para aprovar, no Congresso, propostas de interesse

das cidades (veja lista). Um estudo divulgado pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), organizadora da manifestação, revelou um cenário alentador na situação fiscal das prefeituras, se comparado ao que se vislumbrava no início do ano, após os piores reflexos da crise financeira sobre o Brasil.

“Os municípios e a crise econômica” traz dados sobre a arrecadação tributária em 2009 e revela que, “depois de forte queda nos primeiros meses do ano, o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) apresentou uma leve recuperação em maio e junho”.

– A perspectiva era de “fechar” as prefeituras. Mas, para quem não pode abrir mão de um centavo, a perspectiva continua sendo negra – afirma o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski.

A arrecadação bruta do FPM caiu de R\$ 24,9 bilhões no primeiro semestre de 2008 para R\$ 24,4 bilhões nos primeiros seis meses deste ano. Corrigidos pela inflação, isso significa R\$ 2 bilhões a menos nos cofres das prefeituras. Não está computado nesses números o alívio dado em maio pela Medida Provisória (MP) 462/09, que transferiu R\$ 1 bilhão para o FPM. A MP ainda aguarda votação no Congresso.

Nas maiores cidades, menor queda de arrecadação

No que diz respeito a finanças, o estudo revela outra boa notícia: tributos estaduais que são repartidos com os municípios – ICMS e IPVA – tiveram aumento de arrecadação.

Tributos municipais resistiram mais à crise, aponta estudo

Os dados levantados pela CNM com 354 prefeituras (entre elas São Paulo e Rio de Janeiro) responsáveis por 65% da arrecadação total das cidades demonstram que os tributos municipais

são os que melhor resistem à crise econômica, com crescimento nos quatro primeiros meses do ano (alta de 8,21% em valores nominais).

“Os dados apontam que, se esse comportamento se reproduzir até o final do ano, os municípios fecharão 2009 com o segundo maior nível de investimentos desde 1995, após o recorde histórico em 2008 (R\$ 31 bilhões)”, de acordo com o estudo.

Ziulkoski alerta que a situação das maiores cidades é diferente, pois elas têm grande arrecadação de ISS e de IPTU, diferentemente dos municípios que dependem dos fundos federais.

Prefeitos recebem apoio de senadores contra vetos de Lula

Depois de conseguirem maiores vantagens para quitar suas dívidas previdenciárias durante a tramitação da MP 457/09 no Congresso, os prefeitos ficaram frustrados pelos vetos do presidente Lula à Lei 11.960/09. Agora, defendem a derrubada dos vetos pelo Congresso. E, para isso, já contam com o apoio de diversos senadores.

Os vetos impedem o encontro de contas entre créditos e débitos das prefeituras com o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e a atualização da dívida pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), em lugar da taxa do Sistema Especial de Liquidação e

Custódia (Selic), mais alta.

Os senadores Valter Pereira (PMDB-MS), Jayme Campos (DEM-MT) e César Borges (PR-BA) defenderam a queda dos vetos em

Vetos impedem ajuste de contas na Previdência

Plenário. Acabar com endividamento dos prefeitos, afirmou Jayme Campos, só será possível com “parâmetros mais realistas para viabilizar o fim da inadimplência” de uma dívida que chega a R\$ 22 bilhões.

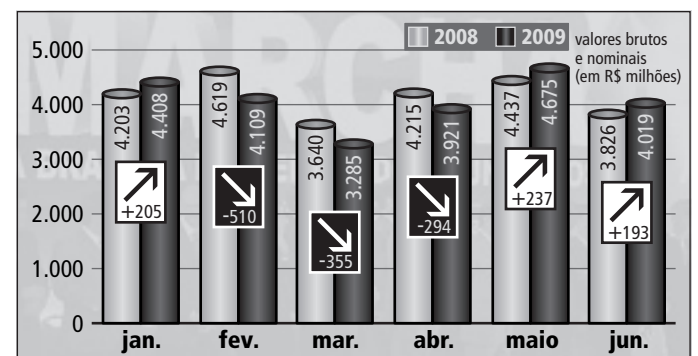
Pedidos em curso

Reivindicações da 12ª Marcha dos Municípios que estão na pauta do Congresso

- ↳ Reforma tributária segundo a “visão municipalista”
- ↳ Regulamentação da Emenda Constitucional 29, que define os repasses constitucionais para financiar a saúde pública
- ↳ Nova regra para pagamento de precatórios, conforme a PEC 12/06, já aprovada pelo Senado
- ↳ Simplificação da Lei de Licitações por meio dos pregões eletrônicos, com a aprovação do relatório do senador Eduardo Suplicy ao PLC 32/07, pronto para votação no Plenário do Senado
- ↳ Derrubada dos vetos à Lei 11.960/09 (oriunda da MP 457/09), para melhorar as condições de refinanciamento das dívidas previdenciárias e para acerto de contas (compensação de créditos e débitos) entre o regime geral de Previdência Social e os regimes municipais
- ↳ Regulamentação da atividade de mototaxista
- ↳ Propostas de emendas constitucionais que tratam do aumento do número de vereadores e fixam percentuais máximos de gastos pelas câmaras municipais

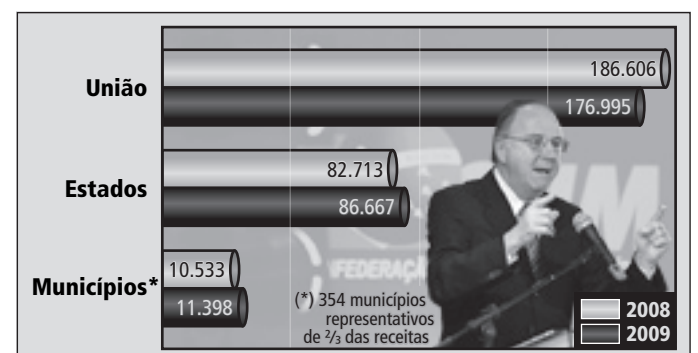
Evolução em valores

Depois de uma forte queda nos primeiros meses do ano, o FPM apresentou uma leve recuperação em maio e junho, acumulando até agora perda nominal de R\$ 524 milhões em relação a 2008, ou R\$ 2 bilhões, se os valores dos repasses forem atualizados pela inflação



Receitas próprias

As receitas próprias dos municípios são as que estão se comportando melhor diante da crise econômica, segundo revela estudo divulgado pelo presidente da CNN, Paulo Ziulkoski (foto)



decisões



Famílias carentes da cidade de Confresa (MT) são contempladas com o programa Luz para Todos

GUILHERME FILHO/SECOM-MT

Preso deverá ter acesso aos ensinos médio e fundamental

A oferta de ensinos médio e fundamental, integrados ao sistema escolar de cada estado, e de cursos e programas de educação profissional nas penitenciárias pode se tornar obrigatória. É o que prevê o PLC 95/02, do deputado Paulo Rocha (PT-PA), relatado pelo senador Romeu Tuma (PTB-SP). O texto obriga que os cursos sejam oferecidos nas modalidades educação de jovens e adultos ou educação a distância. Os programas deverão ser financiados pelos estados com o apoio da União, por meio dos recursos

vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino. A proposta deve ser novamente votada pelo Plenário, em turno suplementar.

Outro projeto aprovado pelo Plenário do Senado criminaliza o ingresso, sem autorização legal, de celulares, rádios ou similares em penitenciárias, e pune a violação com detenção de três meses a um ano. Do então deputado Alberto Fraga, a proposição também foi relatada por Romeu Tuma (PLC 81/08) e segue para sanção presidencial.

Tarifa social de energia vai considerar renda

Novas regras para contas de luz deixam de levar em conta só o consumo e devem beneficiar 22 milhões de pessoas com descontos de 10% a 100%

O Plenário do Senado aprovou novas regras para a concessão de descontos na tarifa de energia elétrica para pessoas de baixa renda. Se a Câmara aprovar o texto, 22 milhões de pessoas deverão ser beneficiadas com descontos entre 10% e 100%.

Atualmente, a Tarifa Social de Energia Elétrica concede descontos entre 10% e 65% aos consumidores atendidos por instalação monofásica, que utilizam até 80kWh por mês, independentemente de renda. Também têm descontos as famílias

inscritas em algum programa social do governo federal que consomem entre 80 e 200kWh mensais, têm residência com circuito monofásico e renda *per capita* de até R\$ 120.

Pela matéria aprovada, um substitutivo a projeto de lei da Câmara (PLC 12/08), os descontos passam a ser concedidos exclusivamente em função da renda: terão direito os consumidores inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com renda familiar mensal *per capita* de até meio salário míni-

mo nacional, hoje R\$ 232,50.

Os primeiros 30kWh/mês terão desconto de 65%. Para a parcela compreendida entre 31 e 100kWh/mês, a redução será de 40%; e para a faixa entre 101 e 220kWh/mês, o desconto será de 10%. Para a parcela superior a 220kWh/mês, não haverá abatimento. Famílias indígenas e quilombolas com consumo de até 50kWh terão 100% de desconto.

Relatado por Valdir Raupp (PMDB-RO), o projeto sofreu modificações e, por isso, volta à Câmara.

Novos requisitos para profissionais da educação básica

Vai à sanção presidencial o projeto de lei do Senado (PLS 507/03) que define os requisitos para que os trabalhadores possam ser considerados profissionais da educação básica. De acordo com a proposta, podem ser assim considerados os profissionais que tenham sido formados em cursos reconhecidos e atuem efetivamente na área. Esses cursos são os de nível médio ou superior, para professores da educação infantil ou dos ensinos fundamental e médio, e os de Pedagogia, nos níveis de graduação, mestrado ou doutorado. Podem ser também considerados da educação básica os profissionais com diplomas de curso técnico ou superior em áreas pedagógicas enquadradas na legislação.

Prioridade para professores nas vagas para curso superior

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) poderá ser alterada para assegurar aos professores que não tenham nível superior vagas nos cursos de formação. Do então senador Eurípedes Camargo, o projeto original (PLS 45/03) previa que o benefício fosse destinado somente aos professores da rede pública. No entanto, o relator, Alvaro Dias (PSDB-PR), ampliou o alcance da medida de forma a harmonizá-la com as metas da LDB, que prevêem a contratação exclusiva de professores com curso ou formação em serviço em nível superior. A proposta, aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), será ainda analisada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), em decisão terminativa.

ambiente legal

Tecnologia verde deve ser compartilhada

Para ser bem-sucedido, o esforço internacional para enfrentar as mudanças climáticas precisa viabilizar a transferência de tecnologias "verdes", como as de geração de energia limpa, aos países em desenvolvimento. Essa é a opinião de Haroldo Machado Filho, conselheiro do Comitê Brasileiro para o Aquecimento Global.

ACORDO

Machado Filho está entre os que pressionam os países desenvolvidos para uma negociação justa que permita fechar um acordo em Copenhague, no final de 2009, para a redução das emissões globais de poluentes: "Deveria haver a compreensão de que as patentes não podem ser um obstáculo para os países em desenvolvimento", afirma.

Crédito para quem preserva floresta

O economista Pavan Sukhdev, do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), chama atenção para a urgência de se premiar "os países que estão reduzindo a devastação das florestas e melhorando as práticas de conservação". Ele defende a implantação do programa de Redução de Emissões do Desflorestamento e da Degradação, proposto pela ONU, que emite créditos de carbono como incentivo financeiro para os países não desmatarem.

Pacto internacional exige novo passo

Segundo Pavan Sukhdev, a conclusão do programa de preservação florestal das Nações Unidas é um passo "óbvio" e "crítico" para a elaboração do novo pacto internacional contra a mudança climática, que deve suceder o Protocolo de Kioto.

Mercado de R\$ 14 bilhões em 2015

Se um acordo sobre mudanças climáticas for alcançado em Copenhague, o mercado global para produtos e serviços com baixo uso de carbono pode crescer um terço nos próximos seis anos. Segundo dados do Reino Unido, esse mercado alcançaria o equivalente a R\$ 14 bilhões em 2015.

saúde

Medidas de combate à gripe A serão mantidas, diz presidente da Anvisa

Em audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Dirceu Raposo de Mello, afirmou que o controle sanitário de portos, aeroportos e fronteiras foi bastante reforçado e tem-se mostrado eficiente para enfrentar a pandemia da gripe A (vírus H1N1).

Raposo de Mello lamentou a ocorrência de quatro mortes no Brasil, mas assinalou que no ano passado 70 mil pessoas morreram em consequência da gripe comum, o que demonstra que o novo vírus não é muito forte.

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) manifestou preocupação com o seu estado, devido à proximidade com a Argentina, onde ocorreram 145 mortes causadas pela gripe A e 100 mil pessoas estão infectadas. Ele sugeriu que fossem oferecidas máscaras faciais para

os que usam transporte coletivo entre os dois países.

Regras para comércio pela internet

Em resposta a Fátima Cleide (PT-RO), que manifestou preocupação com a venda de medicamentos pela internet, como anabolizantes e produtos para emagrecimento, Mello disse que a agência editará uma resolução sobre esse tipo de comércio, ainda que haja dificuldades em razão do ambiente dificultar o controle.

Augusto Botelho (PT-RR), que é médico, apontou o perigo da venda, para consumo humano, de anabolizantes para animais e questionou o presidente da Anvisa sobre a concessão de registro para produtos de uso veterinário. Mello explicou que, como esse comércio ilegal ocorre principalmente dentro das academias, é de difícil controle.

cpi

decisões



O empresário Otávio Raman Neves (E) também negou a Magno Malta, presidente da CPI, estar relacionado à rede descoberta pela Operação Vorax

Acusados negam envolvimento em rede de pedofilia no AM

Em seu depoimento à CPI da Pedofilia, o ex-delegado da Polícia Civil de Coari (AM) Osvaldo Maia negou ter envolvimento com o ex-prefeito da cidade Adail Pinheiro, ou com o então secretário de Administração, Adriano Salan. Adail Pinheiro é o principal suspeito de abusos sexuais contra menores e de participar da rede de pedofilia descoberta pela Polícia Federal no Amazonas.

Osvaldo Maia afirmou não ter enviado e-mail a Adriano Salan sobre o depoimento da menina abusada pelo vereador Osni Souza de Oliveira, oponente político de Adail Pinheiro.

– Isso é absolutamente criminoso. O delegado ouve e manda para a prefeitura. O delegado tem de se explicar – disse Magno Malta (PR-ES), presidente da

comissão de inquérito.

Foi ouvido ainda o empresário Otávio Raman Neves, que negou envolvimento com o ex-prefeito de Coari ou com integrantes da rede de pedofilia na cidade.

Por sua vez, Fabio Martins Marques, ex-sócio da Agência Mega Models; Maria Landia Rodrigues dos Santos, ex-secretária de Ação Social do município; e o ex-prefeito Adail Pinheiro também negaram à CPI da Pedofilia qualquer envolvimento com a rede descoberta pela PF. Adail acusou opositores políticos de fabricarem as acusações contra ele.

Outros três convocados não compareceram: Adriano Salan, Valcione Carvalho e Carlos Alexandre Corrêa, e devem ser reconvocados.

Pais acusam DJ Marlboro de abusar de menina de 4 anos

Durante depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia, Sérgio e Liliana Duarte acusaram a sobrinha, Júnia Duarte, e seu namorado, Fernando Luiz da Matta – o conhecido DJ Marlboro –, de terem abusado de sua filha de 4 anos.

Sérgio e Liliana moram em Belo Horizonte e afirmaram que notaram a filha arredia depois que ela foi para o Rio de Janeiro, em 2008, passar alguns dias com o tio, Luiz Duarte, irmão de Sérgio e pai de

Júnia, madrinha da criança. Ao ser questionada, a menina de 4 anos relatou em detalhes os diversos abusos físicos, psicológicos e sexuais que teria sofrido na casa dos parentes.

A família procurou o Ministério Público e registrou queixa-crime contra a sobrinha. Sérgio relatou que o irmão, ao saber da queixa-crime contra Júnia, lhe telefonou pedindo que o assunto fosse resolvido em família e que pagaria por todo o tratamento que fosse necessário.

Senado aprova novas regras para adoção

Criança ou adolescente poderão ficar, no máximo, dois anos em abrigo e serão ouvidos pela Justiça após entrega para a nova família

Com a aprovação de um projeto pelo Senado na semana passada, o país deve ganhar uma nova lei de adoção, centrada na garantia do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar. Ela limita o tempo de permanência nos abrigos a dois anos. Também estabelece a exigência de preparação dos pais adotivos e de acompanhamento familiar após o acolhimento em caso de adoção internacional. E determina de que o menor seja ouvido pela Justiça depois de ser entregue à nova família.

A proposta, que depende agora da sanção presidencial, modifica o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Emprega o conceito de família ampla, com foco na permanência dos menores na família original ou com parentes próximos. Permite que



O gaúcho Oscar Cardoso descobriu a alegria da paternidade ao adotar Stefanne, de 8 anos. Ele criou blog para contar sua experiência e incentivar a adoção

a adoção seja feita por maiores de 18 anos, independentemente do estado civil. A idade mínima atual é 21 anos.

O projeto foi aprovado como

texto alternativo da Câmara a projeto da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) e teve Aloizio Mercadante (PT-SP) como relator.

(Leia mais na página 16).

Pornografia infantil será punida com até dois anos de prisão

Os senadores aprovaram as emendas da Câmara dos Deputados a projeto (PLS 254/04) da CPI da Exploração Sexual que estabelece pena de até dois anos de prisão para quem produzir ou divulgar fotos pornográficas envolvendo crianças por qualquer meio de comunicação, inclusive a internet. O projeto vai agora à

sanção presidencial.

O Plenário também aprovou projeto que reserva 10% das vagas em creches ou entidades equivalentes e pré-escolas para crianças com deficiência, que deverão ser atendidas por profissionais habilitados. A proposta (PLS 9/02), da senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE), segue para a Câmara.

Projeto aumenta rigor contra quem explora prostituição de menores

Aliciar, agenciar, atrair ou induzir crianças ou adolescentes à exploração sexual ou à prostituição pode ser punido com pena de três a oito anos de prisão. É o que prevê projeto da CPI da Pedofilia aprovado pelo Senado.

O projeto (PLS 275/08) amplia as condutas passíveis de punição nos casos de exploração sexual

e prostituição de menores, além de aumentar penas. Prevê, como efeito automático da condenação, a cassação da licença de localização e de funcionamento do estabelecimento, além da perda de valores e bens móveis e imóveis utilizados na exploração do menor. A proposta será enviada à Câmara dos Deputados.

Penas maiores para crimes sexuais

O Senado aprovou projeto que promove uma ampla reformulação nos dispositivos do Código Penal que tratam dos crimes sexuais. Uma das intenções foi admitir como alvo dessas práticas tanto pessoas do sexo feminino quanto do masculino. A proposta aumenta penas para o estupro. Também foi criado um novo tipo penal, o estupro de vulnerável, que substitui o crime de sedução, com pena de 8 a 15 anos de reclusão, podendo ser aumentada em caso de lesão corporal grave ou morte. De iniciativa da CPI da Exploração Sexual, o projeto (PLS 253/04) será encaminhado à sanção do presidente da República.

agora é lei

Novas regras para proteger passageiros de barcos e evitar escarpelamentos

Foi sancionada no último dia 6 de julho a Lei 11.970, que prevê o uso de proteção no motor, no eixo e nas partes móveis das embarcações que possam trazer riscos à integridade física dos embarcados, a fim de garantir mais segurança a passageiros e tripulantes.

Proposta em 2007 pela deputada Janete Capiberibe (PSB-

AP), a norma entra em vigor 30 dias após a publicação e acrescenta um parágrafo à Lei 9.537/97, que trata da segurança do tráfego em águas brasileiras.

– Queremos ver erradicados os acidentes cujas vítimas de escarpelamento carregam sequelas para toda a vida – afirmou a deputada. Ela informou

ainda que os estados da foz do rio Amazonas e de Santa Catarina registram o maior número desse tipo de acidente.

No escarpelamento, o couro cabeludo é arrancado de forma brusca. O acidente atinge principalmente mulheres, que se aproximam do motor ao escoarem a água da embarcação e têm seus cabelos puxados

pelo eixo de alta rotação. A Fundacentro, do Ministério do Trabalho, está desenvolvendo um protótipo de proteção feito com vidro de baixo custo, de fácil fabricação e instalação, e de grande resistência.

No mês passado, o tema foi debatido na Câmara com representantes do governo federal e do Amapá, onde as ações de

atenção às vítimas incluem qualificação profissional de mulheres, acesso ao microcrédito e confecção de perucas, entre outros benefícios.

O descumprimento à Lei 11.970 pode levar à apreensão da habilitação, além da apreensão, retirada do tráfego ou impedimento da saída da embarcação.

decisões

Recusa em fazer DNA pode ser prova de paternidade

Proposta acatada pelo Senado estabelece a presunção de paternidade em caso de recusa do suposto pai em submeter-se a exame de código genético

O Senado Federal aprovou, na quarta-feira passada, projeto de lei da Câmara que regula a investigação de paternidade de filhos nascidos fora do casamento. A proposta estabelece a presunção de paternidade no caso de recusa do suposto pai em submeter-se ao exame de código genético (mais conhecido como exame de DNA) em processo investigatório aberto para essa finalidade. A matéria segue para sanção presidencial.

Apresentado em 2001 pelo deputado federal Alberto Fraga, o projeto (PLC 53/07) foi recebido pelo Senado em julho de 2007 e, em junho de 2009, foi aprovado, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o voto favorável do relator, senador Marco Maciel (DEM-PE).

O texto altera a Lei de Investigação de Paternidade (Lei 8.560/92) estabelecendo que “a recusa do réu em se submeter ao exame de código genético – DNA – gerará a presunção de paternidade”. Entretanto, essa presunção deverá ser apreciada em conjunto com o contexto mais amplo de provas, como elementos que demonstrem



Marco Maciel (à esq., com Eduardo Azeredo) foi relator da matéria na CCJ: direito à paternidade sobrepõe-se ao argumento de que ninguém deve produzir prova contra si

a existência de relacionamento entre a mãe e o suposto pai. Não se poderá presumir a paternidade se houver provas suficientes que demonstrem a falta de fundamento da ação.

Para Maciel, a determinação para que se confronte o resultado do exame de DNA com outras provas justifica a cautela nas decisões. Em sua avaliação, o direito à pater-

nidade sobrepõe-se ao argumento de que ninguém é obrigado a produzir prova contra si, frequentemente utilizado na tentativa de se legitimar a recusa se submeter ao exame de DNA. Ele argumenta ainda que o direito à filiação está ancorado na Constituição porque a identidade da pessoa, como entende, “está diretamente ligada à sua imagem e à sua honra”.

REPRESENTANTES DO PAÍS

Emendas da Câmara a projeto de Pedro Simon (PMDB-RS) que obriga o Executivo a submeter à aprovação dos senadores os nomes de indicados pelo presidente da República para representar o Brasil em organismos internacionais foram aprovadas pelo Plenário. A proposta, que será encaminhada à sanção do presidente da República, estabelece que o mandato do indicado poderá ser interrompido pela decisão da maioria absoluta dos senadores. Simon argumentou na justificativa da proposta que os indicados têm de expressar “o pensamento nacional”, e por isso devem ser votados pelos senadores.

CONVENÇÃO DE VIENA

O Plenário aprovou ainda seis acordos internacionais firmados pelo Executivo, entre eles a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, concluída em maio de 1969. Trata-se de um dos mais importantes tratados celebrados após a 2ª Guerra Mundial, pois rege todos os demais tratados assinados entre os países. Cristovam Buarque (PDT-DF) lembrou que o documento é o resultado de 16 anos de trabalho no âmbito da Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas. O acordo só entrou em vigor em janeiro de 1980, quando recebeu a adesão do 35º país.

Projeto aprovado na CCJ garante direito de visita dos avós aos netos

Se o Código Civil obriga os avós a contribuir para a subsistência dos netos na falta de condições materiais dos pais, deverá assegurar, agora, o apoio emocional a essas crianças e adolescentes por meio do convívio familiar. Na quarta-feira, a CCJ aprovou, em decisão terminativa, o PLS 692/07, de Kátia Abreu (DEM-TO), que garante aos avós o direito de visita aos netos. O relator, Marco Maciel (DEM-PE), apresentou voto favorável, com emenda.

Kátia Abreu argumenta, na justificativa do projeto, que “é usual, ao término de um relacionamento

conjugal surgirem desavenças e ressentimentos entre o casal e, não raras vezes, tendência a vingança e represália”, levando ao afastamento dos filhos “do causador da dor e de seus demais familiares”.

Ao alterar dispositivos dos códigos Civil e de Processo Civil, o projeto busca assegurar aos avós a manutenção do relacionamento afetivo com os netos. Determina ainda que, quando um dos pais se opuser à visita dos avós aos netos, o juiz decidirá sobre a conveniência e a oportunidade dessas visitas, sempre levando em consideração o interesse do menor.

Motorista poderá portar cópia do certificado de licenciamento do veículo

O Plenário do Senado aprovou o PLC 155/08, que permite aos motoristas utilizarem cópia autenticada do Certificado de Licenciamento Anual de Veículo. Resolução do Contran, de 2007, determinava que a fiscalização considerasse apenas o documento original.

A proposta, do deputado Eliseu Padilha e relatada na CCJ por Neuto de Conto (PMDB-SC), altera artigo do Código de Trânsito Brasileiro permitindo o porte de cópia do referido documento em substituição ao original, desde

que autenticada em cartório ou pela repartição de trânsito que o expediu.

Para Neuto de Conto, “com os recursos propiciados pela tecnologia da informática, o poder público tem acesso a modernos meios de comunicação que oferecem informações sobre eventuais irregularidades relativas a veículos ou motoristas, de modo que a atividade de fiscalização pode ser plenamente exercida sem criar transtornos ou despesas adicionais para os cidadãos”.

Pena maior para milicianos ou grupo de extermínio

Autor de crime praticado com a intenção de “fazer justiça pelas próprias mãos” terá a pena aumentada em um terço, conforme estabelece projeto de lei da Câmara (PLC 137/08) aprovado pelo Plenário do Senado.

A penalidade também alcança crimes praticados por grupos de extermínio ou milícias privadas para satisfazer pretensão própria ou de terceiros, além da prática do crime sob o pretexto de oferecer serviços de segurança. Como recebeu emendas no Senado, o projeto retornou à Câmara dos Deputados.

O relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), observou que a simples existência de organização paramilitar já é antijurídica, independentemente da finalidade. Valadares citou a justificativa do autor do projeto, deputado Luiz Couto, ele mesmo vítima de ameaças de morte atribuídas a grupos de extermínio. Couto ressalta a existência de laços de convivência entre esses grupos e delegados, secretários de Segurança, juízes e membros do Ministério Público.

Mais tempo para ação de Defensoria

Em decisão terminativa, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou substitutivo do senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) a projeto de lei do Senado (PLS 347/08) que amplia para 60 dias o prazo dado pelo Código de Processo Civil (CPC) à Defensoria Pública para ajuizar a ação principal nos processos em que medida cautelar preparatória tenha sido concedida.

Para os demais casos, fica mantido o prazo de 30 dias. Originalmente, a proposição estendia o prazo de forma indistinta. Entretanto, Antonio Carlos Júnior avaliou que a medida provocaria atrasos no encaminhamento da ação principal. A possibilidade só foi admitida pelo relator para a Defensoria Pública, instituição que, em geral, enfrenta sobrecarga de trabalho e tem a função de viabilizar o acesso à Justiça pela população carente.



Tasso Jereissati: iniciativa regulamenta Constituição de 88

Mandado de segurança é disciplinado

O Plenário aprovou projeto de lei da Câmara (PLC 125/06) que disciplina o mandado de segurança individual e coletivo. Segundo o relator, Tasso Jereissati (PSDB-CE), o texto, que vai à sanção, permite que o mandado de segurança coletivo seja usado por partido político ou organização sindical. Já o individual passa a ser direito de qualquer pessoa que sofra violação ou se sinta ameaçada de sofrê-la por ato de autoridade.

CCJ amplia atribuições de procuradores e defensores

O Ministério Público e a Defensoria Pública poderão também impetrar mandado de segurança coletivo, além de partido político e entidade de classe ou sindical. A possibilidade foi aberta com a aprovação, pela CCJ, de substitutivo de Inácio Arruda (PCdoB-CE) a proposta de emenda à Constituição (PEC 74/07) de Demostenes Torres (DEM-GO).

Segundo o relator, a PEC ampliava o alcance do ins-

trumento apenas ao Ministério Público, e sua extensão para a Defensoria Pública se deve a emenda de Lúcia Vânia (PSDB-GO).

O texto final incorporou ainda a PEC 84/07, que prevê gratuidade às ações de mandado de segurança e mandado de injunção, benefício que só deixará de valer em caso de comprovada má-fé dos impetrantes, que seriam condenados a pagar as custas do procedimento.

debates

Jovens traficantes recebem penas mais duras, diz pesquisa

Os juízes brasileiros estão optando sentenciar com penas de prisão por tempo acima do razoável jovens tidos como pequenos traficantes de drogas, mesmo quando esses réus não registram condenações anteriores e nem façam parte de organizações criminosas. O problema foi apontado pela professora Luciana Boiteux, da Universidade Federal do Rio de

Janeiro, em audiência na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para debater a Política Nacional sobre Drogas.

A secretária-adjunta da Secretaria Nacional Antidrogas (Senad), Paulina Duarte, explicou que as ações articulam o setor público e a sociedade em três linhas de ações: prevenção, ações policiais e medidas para o tratamento dos usuários.

SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA

O risco de a substituição tributária – regime em que a responsabilidade pelo ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias, Bens e Serviços) devido em operações com mercadorias ou na prestação de serviços é repassada a outro contribuinte – inviabilizar os benefícios da redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) concedida a alguns setores pelo governo federal deu o tom de debate da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). – A substituição pode acabar levando ao aumento da carga tributária – advertiu a senadora Ideli Salvatti (PT-SC), que propôs a audiência.

Declaração de Lula rende voto de censura

Assinado por todos os senadores presentes à sessão de quinta, pedido é contra fala do presidente da República de que opositores “são bons pizzaiolos”

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) apresentou voto de censura contra a declaração do presidente Lula de que os senadores de oposição “são bons pizzaiolos”. O pedido será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Ao ler o requerimento, que também foi assinado por todos os senadores presentes na sessão de quinta-feira passada, Cristovam Buarque desabafou e disse que *pizzaiolos* “são aqueles que estão mais próximos do presidente”.

– As palavras do presidente Lula menosprezam o Parlamento brasileiro e jogam o Senado contra a opinião pública, o que é um erro. É uma pena que Lula não perceba o papel de educador que um presidente da República possui – afirmou.

Para os senadores da base governista, a rejeição da recondução de Bruno Pagnoccheschi para a diretoria da Agência Nacional de Águas (ANA) ocorrida em Plenário foi um protesto da oposição contra as declarações de Lula.



Autor do requerimento, Cristovam lamenta que Lula não perceba o papel de educador que um presidente possui

projetos aprovados

De 13 a 17 de julho

Aprovados pelo Plenário

Vão à sanção:

➔ **PLS 507/03**, da senadora Fátima Cleide (PT-RO): foram aprovadas as emendas da Câmara ao projeto que lista as categorias de trabalhadores que devem ser considerados profissionais da educação.

➔ **PLS 254/04**, da CPI da Exploração Sexual: foram aprovadas as emendas da Câmara ao projeto que torna crime divulgar na internet cenas de sexo envolvendo crianças ou adolescentes ou aliciá-los em salas de bate-papo, entre outras práticas na rede.

➔ **PLS 314/04**, da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE): substitutivo da Câmara ao projeto que cria uma nova lei nacional de adoção.

➔ **PLS 50/05**, do senador Pedro Simon (PMDB-RS): foram aprovadas as emendas da Câmara ao projeto que estabelece que a nomeação dos representantes do país em organismos internacionais de caráter oficial terá de passar pelo Senado.

➔ **PLS 218/06**, do senador Cristovam Buarque (PDT-DF): aprovadas emendas da Câmara ao projeto que torna obrigatório às instituições de ensino o envio de informações escolares aos pais.

➔ **PLC 125/01**, de iniciativa do presidente da República: disciplina o mandado de segurança individual e coletivo.

➔ **PLC 53/07**, do deputado Alberto Fraga: regulamenta a investigação de paternidade.

➔ **PLC 29/08**, de iniciativa do presidente da República: autoriza o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) a vender imóvel em Linhares (ES).

➔ **PLC 81/08**, do deputado Alberto Fraga: torna crime o ingresso de aparelhos de comunicação, sem autorização, em estabelecimento prisional.

➔ **PLC 118/09**, de iniciativa do presidente da República: cria funções comissionadas e cargos

em comissão de direção e assessoramento superiores no Departamento Nacional de Produção Mineral.

➔ **PLC 155/08**, do deputado Eliseu Padilha: autoriza o uso de cópia autenticada do Certificado de Licenciamento Anual de Veículo com efeito de documento original.

Vão à Câmara dos Deputados:

➔ **PLS 9/02**, da senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE): garante reserva de vagas nas creches, ou entidades similares, e pré-escolas públicas para crianças com deficiência.

➔ **PLS 275/08**, da CPI da Pedofilia: torna crime se aproveitar sexualmente de adolescentes expostos a prostituição, exploração sexual ou abandono.

Modificados no Senado, voltam à Câmara dos Deputados:

➔ **PLC 81/05**, do deputado Carlos Manato: dá prioridade à tramitação dos processos judiciais relativos a direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.

➔ **PLC 104/05**, de iniciativa do presidente da República: estabelece a obrigatoriedade de as concessionárias de serviços públicos oferecerem ao consumidor datas opcionais para o vencimento de suas contas.

➔ **PLC 111/05**, da ex-deputada Laura Carneiro: cria a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde.

➔ **PLC 11/06**, do deputado Sandro Mabel: modifica a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para estabelecer que, no ambiente de trabalho, as partes se obrigam a proceder com probidade e boa-fé, gerando cooperação e harmonia.

➔ **PLC 12/08**, do ex-deputado Gilberto Kassab: modifica os critérios da tarifa social de energia.

➔ **PLC 137/08**, do deputado Luiz Couto: aumenta as penas para crimes de extermínio e

milícia privada.

Vão à promulgação:

➔ **PDS 73/09**: aprova acordo com a Argélia sobre transporte e navegação marítima.

➔ **PDS 74/09**: aprova acordo de cooperação comercial com a Argentina.

➔ **PDS 320/09**: aprova acordo de cooperação técnica com a Zâmbia.

➔ **PDS 387/09**: aprova a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados.

➔ **PDS 399/09**: aprova acordo com a Bolívia para construção de ponte internacional.

➔ **PDS 498/09**: aprova acordo com a Rússia sobre proteção de tecnologia para exploração espacial.

➔ **PRS 31/09**, da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE): autoriza o estado de São Paulo a contratar crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor de US\$ 194 milhões.

➔ **PRS 32/09**, da CAE: autoriza o estado do Espírito Santo a contratar crédito externo com o Banco Mundial no valor de US\$ 71,5 milhões.

➔ **PRS 33/09**, da CAE: autoriza o estado do Rio de Janeiro a contratar crédito externo com o Banco Mundial no valor de US\$ 211,6 milhões.

➔ **PRS 34/09**, da CAE: autoriza o município do Recife a contratar crédito externo com o Banco Mundial no valor de US\$ 32,76 milhões.

➔ **PRS 35/09**, da CAE: autoriza o município de Caxias do Sul (RS) a contratar crédito externo com a Corporação Andina de Fomento (CAF) no valor de US\$ 28,8 milhões.

➔ **PRS 40/09**, da CAE: autoriza o Distrito Federal a contratar operação de crédito externo com o BID no valor de US\$ 130 milhões.

➔ **PRS 41/09**, da CAE: autoriza o estado do Pará a contratar operação de crédito externo com o BID no valor de US\$ 10 milhões.

➔ **PRS 42/09**, do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM): autoriza o estado do Amazonas a contratar crédito externo com o BID no valor de US\$ 77 milhões.

➔ **PRS 43/09**, do senador Gim Argello (PTB-DF): autoriza o Distrito Federal a contratar crédito externo com a Corporação Andina de Fomento (CAF) no valor de US\$ 60 milhões.

➔ **PRS 44/09**, do senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC): autoriza o estado do Ceará a contratar crédito externo com o Banco Mundial no valor de US\$ 103 milhões.

➔ **PRS 45/09**, do senador Romeu Tuma (PTB-SP): autoriza o estado de São Paulo a contratar crédito externo com o Banco Mundial no valor de US\$ 166,65 milhões.

➔ **PRS 46/09**, do senador Heráclito Fortes (DEM-PI): autoriza o estado de Minas Gerais a contratar crédito externo com o BID no valor de US\$ 10 milhões.

Aprovado pela CAE:

➔ **PLS 20/08**, do senador Cristovam Buarque (PDT-DF): concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre veículos para transporte escolar quando adquiridos por estado ou prefeitura, bem como por profissionais autônomos e suas cooperativas habilitados e dedicados exclusivamente ao transporte escolar. Vai à Câmara.

Aprovados pela CCJ:

➔ **PLS 692/07**, da senadora Kátia Abreu (DEM-TO): modifica o Código Civil e o Código de Processo Civil para assegurar o direito de visita dos avós aos netos. Vai à Câmara.

➔ **PLC 89/09**, de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho: cria cargos de juiz do trabalho substituto no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, em São Paulo. Vai à sanção.

➔ **Na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT)**, foram aprovados 43 projetos de decreto legislativo que renovam ou outorgam permissão de funcionamento para empresas de radiodifusão.

Sarney: Senado trabalhou intensamente

Presidente do Senado destaca medidas administrativas para sanear a crise, segundo ele, iniciada pela imprensa

O primeiro semestre foi um período de intenso trabalho no Senado, apesar da crise institucional. A afirmação foi do presidente do Senado, José Sarney, na última sessão antes do recesso parlamentar. No pronunciamento "Uma prestação de contas", Sarney fez um balanço do trabalho legislativo e administrativo da Casa.

O senador afirmou que o jornal *O Estado de S. Paulo* começou uma campanha pessoal contra ele, seguido pelos demais veículos de comunicação. Sarney lamentou a perda do apoio do DEM, que o apoiara na disputa pela Presidência do Senado.

– Assumi a Presidência com o duplo desafio de renovar sua estrutura administrativa e restaurar sua atividade política.

Infelizmente, avalei mal. As circunstâncias tornaram a reforma administrativa numa pretensa crise de desmoralização do Senado e inviabilizaram a discussão dos grandes temas. Isso não nos impediu de tomar medidas necessárias para a modernização da Casa e o saneamento dos graves problemas de natureza ética e legal que foram revelados quando começamos a examinar as condições prevalentes de funcionamento – enfatizou.

Sarney entende que, nos três períodos que esteve à frente do Senado, atuou para melhorar a gestão da instituição. Entre as reformas, destacou a implantação do

sistema de comunicação do Senado, formado pela Agência Senado, TV Senado, Rádio Senado e **Jornal do Senado**. Em sua opinião, esses instrumentos contribuem para promover a interação com o povo brasileiro e a transparência da instituição.

O presidente do Senado listou 40 medidas tomadas no semestre para sanear a estrutura administrativa da Casa. Entre elas, a economia de R\$ 10 milhões em contratos de fornecimento de mão de obra; a mudança de diretor-geral e de secretário de Recursos Humanos; a regulamentação das cotas de passagens aéreas dos senadores e restrições na impressão de material gráfico.

Também destacou a anulação de 663 atos administrativos não publicados, o rigor nos processos de licitações, a extinção de 11 secretarias e o registro eletrônico de horas extras.

A instalação do Portal da Transparência, com dados sobre contratos, verba indenizatória e gastos, também foi lembrada por Sarney.

– Não temos o que esconder, mas o que mostrar. Vamos reduzir não só as nossas despesas, mas os nossos efetivos. Vamos dar às instituições brasileiras um exemplo de uma modernização efetiva. Essa modernização se completará com medidas legislativas, como o novo Regimento Interno – disse Sarney.

"Vamos dar às instituições exemplo de modernização efetiva"



Sarney apresentou os números de propostas legislativas aprovadas e as 40 iniciativas para melhorar administração da Casa

Senadores comentam pronunciamento

Alvaro Dias (PSDB-PR) pediu que o presidente do Senado zele pelo Conselho de Ética, que irá analisar representações contra o próprio Sarney, por quebra de decoro parlamentar. Alvaro Dias lamentou que o senador Paulo Duque (PMDB-RJ), eleito presidente do órgão, tenha chamado a opinião pública de "volúvel".

– Nunca fiz apelo para vossa excelência renunciar. Apelo para que seja julgado pelo Conselho de Ética e depois, se for o caso, pelo Plenário, de forma insuspeita. Não temos como superar a crise sem isso – pediu.

Alvaro Dias solicitou que o presidente detalhe à opinião pública o objeto das investigações do Ministério Público – atos secretos, empréstimos consignados, contratos com empresas terceirizadas ou compras e obras. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) elogiou Sarney por apresentar o balanço da Casa pessoalmente. Ele disse que acompanha o esforço feito para retomar a normalidade. Mão Santa (PMDB-PI) afirmou que os senadores estão conscientes dos problemas que a Casa enfrenta e saberão "buscar novos caminhos e fortalecer a instituição". Da mesma forma, Roberto Cavalcanti (PRB-PB) previu um período melhor para a Casa.

– É inegável a melhora do Senado. Alguns podem não querer reconhecer, mas várias providências estão sendo tomadas – ressaltou.

João Pedro (PT-AM) entende que a Casa só sairá da crise agindo com transparência. Por isso, elogiou o balanço das atividades. Cristovam Buarque (PDT-DF) pediu a Sarney que encaminhe o relatório de atividades ao presidente Lula, como resposta à declaração de que os senadores seriam "pizzaiolos".

Comissão no recesso

A Comissão Representativa, escolhida na semana passada pelo Senado e pela Câmara, decidirá sobre questões urgentes durante o recesso parlamentar, de 18 a 31 de julho. Veja os integrantes:

Senadores

Titulares	Suplentes
Adelmiir Santana (DEM-DF)	Antônio Carlos Valadares (PSB-SE)
Aloizio Mercadante (PT-SP)	Arthur Virgílio (PSDB-AM)
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Demostenes Torres (DEM-GO)
Cristovam Buarque (PDT-DF)	Gim Argello (PTB-DF)
Epitácio Cafeteira (PTB-MA)	Inácio Arruda (PCdoB-CE)
João Ribeiro (PR-TO)	Paulo Duque (PMDB-RJ)
Valter Pereira (PMDB-MS)	Wellington Salgado (PMDB-MG)
Valdir Raupp (PMDB-RO)	

Deputados

Titulares	Suplentes
Antonio Andrade (PMDB-MG)	Ilderlei Cordeiro (PPS-AC)
Arnaldo Jardim (PPS-SP)	Giovanni Queiroz (PDT-PA)
Duarte Nogueira (PSDB-SP)	José Edmar (PR-DF)
Guilherme Campos (DEM-SP)	Jorginho Maluly (DEM-SP)
Manuel Júnior (PSB-PB)	José Fernando A. de Oliveira (PV-MG)
Márcio Reinaldo Moreira (PP-MG)	Laerte Bessa (PMDB-DF)
Mauro Benevides (PMDB-CE)	Leonardo Monteiro (PT-MG)
Onyx Lorenzoni (DEM-RS)	Leonardo Vilela (PSDB-GO)
Paes Landim (PTB-PI)	Luiz Bittencourt (PMDB-GO)
Pedro Chaves (PMDB-GO)	Marcos Montes (DEM-MG)
Reginaldo Lopes (PT-MG)	Nelson Meurer (PP-PR)
Ricardo Quirino (PR-DF)	Paulo Roberto Pereira (PTB-RS)
Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)	Pedro Wilson (PT-GO)
Rômulo Gouveia (PSDB-PB)	Professor Rui Pauletti (PSDB-RS)
Rubens Ottoni (PT-GO)	Regis de Oliveira (PSC-SP)
Sarney Filho (PV-MA)	Silvio Costa (PMN-PE)
Virgílio Guimarães (PT-MG)	Vander Loubet (PT-MS)

Como foi o semestre

Entre as proposições aprovadas no semestre, estão:

188 projetos de lei

15 medidas provisórias

2 propostas de emendas à Constituição

21 projetos de resolução

64 indicações de embaixadores e autoridades

37 projetos de decreto legislativo

Entre as 40 medidas tomadas para sanear a estrutura administrativa, estão:

Economia de R\$ 10 milhões em contratos de fornecimento de mão de obra

Mudança de diretor-geral e de diretor de Recursos Humanos

Regulamentação das cotas de passagens aéreas dos senadores

Restrição na impressão de material gráfico

Anulados 663 atos administrativos não publicados

Extintas 11 secretarias

Regulamentados procedimentos para registro de horas extras

Instalado o Portal da Transparência

Fonte: Secretaria Geral da Mesa

MÃO SANTA

O senador apelou para que a Câmara aprove o projeto que acaba com o fator previdenciário (PLS 296/03). A medida, segundo ele, beneficiará 25 milhões de pessoas.

– Também seria bom que Câmara e Senado se organizassem para derrubar o veto presidencial ao reajuste dos aposentados, em 2006 – enfatizou.

De acordo com o parlamentar, as matérias acabam com a discriminação de aposentados.

ALVARO DIAS

Em apelo dirigido ao governo, o senador pediu que não haja recurso contra decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região que fixou indenização por danos morais em favor das vítimas da talidomida. A reparação foi estipulada em cem vezes a pensão vitalícia que essas pessoas já recebem. A sentença beneficia cerca de 350 pessoas, mas cerca de 800 brasileiros estão entre as mais de 15 mil vítimas do medicamento no mundo.

CRISTOVAM BUARQUE

Ao lembrar o primeiro ano de criação do piso salarial para os professores, de R\$ 950, o senador lamentou que o piso não esteja plenamente em vigor, por conta da ação movida por cinco governadores que consideram o piso inconstitucional.

Para Cristovam, os atrasos brasileiros se devem ao fato de o país nunca ter priorizado a educação de base, a ciência e a tecnologia.

ROBERTO CAVALCANTI

Em homenagem aos 60 anos do suplemento literário "Correio das Artes", do jornal *A União*, o senador disse que a primeira edição circulou em João Pessoa em 1949, editado pelo jornalista Edson Régis de Carvalho. Segundo Cavalcanti, novos talentos na literatura, na música e nas artes plásticas, entre eles Gilberto Freyre e Manuel Bandeira, colaboraram com o suplemento, integrando a Paraíba à vida cultural do país.

JOÃO PEDRO

O senador pediu apoio do presidente José Sarney à participação de parlamentares brasileiros nas reuniões do Parlamento Amazônico, em Caracas, na Venezuela. Ele disse que tem frequentado as sessões informalmente, "para discutir questões fundamentais a respeito da floresta, das riquezas minerais, da água doce e das populações da região". Sarney afirmou que se debruçará sobre o assunto.

institucional

Aprovação pelo Plenário divide comissão

O PRS 28/09, que altera o processo de nomeação do diretor-geral do Senado, provocou divergências na CCJ. Uma parte dos senadores apoiou o relatório de Tasso Jereissati estabelecendo a aprovação prévia do indicado pelo Plenário. Outra, simpática aos argumentos do presidente da CCJ, Demostenes Torres (DEM-GO), considerou que a exigência de aval do Plenário seria uma forma de a Comissão Diretora diluir sua responsabilidade em relação ao cargo.

– Não podemos tratar um diretor-geral como um ministro de tribunal superior – disse Demostenes, com o apoio expresso de Valter Pereira (PMDB-MS), Romeu Tuma (PTB-SP), Raimundo Colombo (DEM-SC) e Adelmir Santana (DEM-DF).

Para o relator, no entanto, “se os senadores tivessem a sensação da responsabilização pública e política pelo que ocorreu, a postura teria sido outra”, disse, em alusão às denúncias de irregularidades atribuídas ao ex-diretor-geral Agaciel Maia. Marconi Perillo (PSDB-GO), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Renato Casagrande (PSB-ES), Aloizio Mercadante (PT-SP), Marina Silva (PT-AC), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Patrícia Saboya (PDT-CE) e Lúcia Vânia (PSDB-GO) endossaram a tese da responsabilização coletiva.

J. FREITAS



De pé, Mercadante e Virgílio procuram, com o presidente da CCJ, Demostenes Torres, uma forma consensual sobre a nomeação para a Diretoria-Geral do Senado

Nomeação de diretor-geral do Senado poderá exigir sabatina

Indicado ao cargo deverá apresentar plano de trabalho e ter seu nome aprovado pelo Plenário

O processo de nomeação do diretor-geral do Senado sofrerá alterações, passando a se exigir sabatina do indicado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e aprovação do Plenário da Casa. Essas mudanças foram aprovadas pela CCJ na quarta-feira, ao aprovar parecer favorável, com emenda, do

relator, Tasso Jereissati (PSDB-CE), a projeto de resolução (PRS 28/09) apresentado pelos senadores José Sarney (PMDB-AP) e Arthur Virgílio (PSDB-AM).

Após as discussões, ficou definido que o diretor-geral será escolhido entre os servidores efetivos do Senado e nomeado pelo presidente da Casa após o Plenário referendar a indicação.

A nomeação também deverá ser precedida de arguição pública do indicado pela CCJ, que terá de ser feita em até cinco dias da indicação pelo presidente do Senado. Durante a sabatina, o indicado deverá apresentar seu plano de trabalho.

O PRS 28/09 determina ainda que o prazo de exercício da função de diretor-geral não

poderá exceder o mandato dos membros da Comissão Diretora à época da nomeação de seu ocupante, sendo proibida a recondução para o período subsequente.

Quanto à sua exoneração, poderá ser feita por iniciativa do presidente do Senado ou de líder partidário, mediante aprovação do Plenário.

Ano da Astronomia mobiliza comissões

O Senado vai apoiar as comemorações no Brasil do Ano Internacional da Astronomia. A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) realizou reunião sobre o assunto, para receber sugestões de atividades.

O Ano Internacional da Astronomia abrange as comemorações dos 40 anos da chegada do homem à Lua, em 20 de julho, e do Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo

Desenvolvimento, celebrado anualmente em 10 de novembro.

Os senadores da CCT decidiram que trabalharão em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) para o planejamento das atividades a serem realizadas no Senado em comemoração às datas.

A fim de estimular o interesse pela educação científica e celebrar o Dia Mundial da Ciência, a Organização das Nações

Unidas para a Educação, a Ciência e a Tecnologia (Unesco) vai promover um concurso de trabalhos escritos e desenhos destinado a jovens estudantes.

O presidente da CCT, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), salientou a necessidade de uma ampla divulgação das atividades comemorativas, sobretudo do concurso da Unesco. O oficial de Ciência e Tecnologia da Unesco no Brasil, Ary Mergulhão, participou da reunião.

Plano de saúde da Casa terá auditoria do TCU

O Conselho de Administração do Sistema Integrado de Saúde do Senado Federal (SIS) decidiu pedir ao Tribunal de Contas da União (TCU) uma auditoria nas contas do plano de saúde que atende servidores da Casa e senadores.

Presidido pelo senador Marconi Perillo (PSDB-GO), 1º vice-presidente do Senado, o conselho realizou um levantamento preliminar da situação

do SIS e decidiu encomendar estudo técnico sobre a viabilidade de incluir a movimentação das contas do plano no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi). Há dúvidas sobre se isso será possível, pois as contas do SIS contam com recursos privados – a contribuição mensal dos servidores e senadores – e o Siafi abrange apenas recursos

públicos.

O conselho do SIS tem o diretor-geral do Senado, Haroldo Tajra, como vice-presidente. Também fazem parte do conselho os diretores da Secretaria de Assistência Médica e Social, da Secretaria de Recursos Humanos e da Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade, além de dois servidores efetivos e de dois servidores inativos do Senado.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4ª Secretária: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: Haroldo Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Ana Lucia Romero Novelli
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés Oliveira
Edição: Valter Gonçalves Júnior e Raissa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e da Secretaria Jornal do Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

EDIÇÃO SEMANAL

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão
Editor-chefe: Flávio Faria
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Rafael Faria e Suely Bastos
Reportagem: Cíntia Sasse, Janaína Araújo, João Carlos Teixeira, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil
Diagramação: Bruno Bazílio, Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 61 3303-3333 e 0800 61-2211 - Fax: 61 3303-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

programação

TV mostra tratamento da saúde mental no Brasil

Programa especial reúne casos e meios de atendimento psiquiátrico, revelando que, nos últimos 20 anos, 70% dos leitos destinados a pacientes com doença mental foram fechados

O programa *Inclusão*, da TV Senado, apresenta neste fim de semana reportagem especial sobre transtorno mental, uma continuação do programa levado ao ar em abril sobre a incidência do problema em crianças e adolescentes. Estima-se que o país tenha hoje 17 milhões de pessoas com algum tipo de transtorno mental.

O especial mostra iniciativas voltadas para o tratamento dos diferentes transtornos, sendo que, no Brasil, os casos mais comuns são os de esquizofrenia, transtorno bipolar, transtorno obsessivo-compulsivo e depressão. Do total de doentes, 12% apresentam problemas psiquiátricos graves e necessitam de atendimento contínuo.

A diretora e apresentadora do *Inclusão*, Solange Calmon, reuniu exemplos desses tratamentos, como o trabalho da médica Nise da Silveira – que nas décadas de 1950 e 1960 revolucionou a psiquiatria ao substituir os tratamentos de choque; o programa De Volta pra Casa, do Ministério da Saúde, que oferece uma bolsa para egressos de longas inter-

nações; o Instituto de Saúde Mental, do Distrito Federal; e o Museu da Colônia Juliano Moreira, no Rio de Janeiro.

O *Inclusão* aborda ainda outras ações governamentais, como os centros de atenção psicossocial (Caps), previstos na lei da reforma psiquiátrica em vigor desde 2001. Mostra também a carência desses serviços: hoje, dos 1.394 centros existentes no Brasil, apenas 40 unidades têm capacidade para internar pacientes em crise.

Além disso, o programa registra que, nos últimos 20 anos, quase 70% dos leitos psiquiátricos do país foram fechados – segundo o Ministério da Saúde, o atendimento à saúde mental conta com apenas 2% do orçamento anual do Sistema Único de Saúde (SUS).

A programação completa da TV Senado pode ser acessada pela página da emissora na internet (www.senado.gov.br/tv). A emissora também está no Twitter, com o endereço <http://twitter.com/tvsenado>.

Inclusão

TV Senado: 25/7, sábado, às 11h30 e 22h30
26/7, domingo, às 9h e 17h

Rádio debate serviço de mototáxi

O Senado aprovou no dia 8 de julho a regulamentação das profissões de mototaxista e motoboy, mas o serviço dependerá de autorização das autoridades municipais.

O relator do projeto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Expedito Júnior (PR-RO), debate a nova lei no *Conexão Senado*, da Rádio Senado. Ele trata da importância das regras, do número de beneficiados e da polêmica em torno da segurança dos passageiros. Robson Paulino, presidente da Federação dos Mototaxistas e Motoboys do Brasil (Fenamoto), também participará do programa.

Conexão Senado

Senado FM, Ondas Curtas
e internet: 20/7, segunda-feira, às 8h

Jornalista fala do impacto da tecnologia na profissão

O *Estação da Mídia* desta semana reinterpreta entrevista com a jornalista Thaís de Mendonça Jorge, autora do livro *Manual do foca: guia de sobrevivência para jornalistas*.

Professora da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB), Thaís tem larga experiência profissional como repórter, editora e consultora na área de comunicação, além de atuação destacada na pesquisa sobre as mudanças profissionais decorrentes de novas ferramentas tecnológicas.

Estação da Mídia

Senado FM e internet
21/7, terça-feira, às 7h30



Pacientes do Hospital Pronto Atendimento Psiquiátrico, no Distrito Federal, participam do programa



SÁBADO

1h - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia
2h - Leituras
2h30 - Diplomacia e Inclusão
3h30 - Cidadania
4h - Alô Senado
4h15 - Argumento
4h30 - De Coração
5h - Conversa de Músico
6h - Cidadania
6h30 - EcoSenado
6h45 - Argumento
7h - TV Brasil Internacional
8h - De Coração
8h30 - Cidadania
9h - Alô Senado
9h15 - EcoSenado
9h30 - Leituras
10h - Conversa de Músico
11h - Parlamento Brasil
11h30 - Diplomacia e Inclusão
12h30 - Encontros
13h - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia
13h30 - Cidadania
14h - EcoSenado
14h15 - Alô Senado
14h30 - Espaço Cultural
15h30 - Tela Brasil/Salão Nobre
16h30 - Agenda Econômica
17h30 - Encontros
18h00 - Conversa de Músico
19h00 - Cidadania
19h30 - Leituras
20h - Alô Senado
20h15 - Ecosenado
20h30 - Especial
21h - Parlamento Brasil
21h30 - Agenda Econômica
22h30 - Diplomacia e Inclusão
23h30 - De Coração
24h - Espaço Cultural

DOMINGO

1h - Cidadania
1h30 - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia
2h - Alô Senado
2h15 - EcoSenado
2h30 - Agenda Econômica
3h30 - Cidadania
4h - Leituras
4h30 - De Coração
5h - Conversa de Músico
6h - Cidadania
6h30 - Alô Senado
6h45 - Argumento
7h - TV Brasil Internacional
7h30 - Cidadania
8h - Leituras
8h30 - De Coração
9h - Diplomacia e Inclusão
10h - Conversa de Músico
11h - Alô Senado
11h15 - EcoSenado
11h30 - Agenda Econômica
12h30 - Encontros
13h - Parlamento Brasil
13h30 - Cidadania
14h - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia
14h30 - Espaço Cultural
15h30 - Especial
16h30 - Encontros
17h - Diplomacia e Inclusão
18h - Conversa de Músico
19h - Cidadania
19h30 - Alô Senado
19h45 - EcoSenado
20h - Especial
20h30 - Leituras
21h - Tela Brasil/Salão Nobre
22h - Agenda Econômica
23h - Parlamento Brasil
23h30 - De Coração
24h - Conversa de Músico

SÁBADO

6h - Matinas
7h - Música e informação
9h - Prosa e Verso
9h30 - Música e informação
10h - Reportagem Especial
10h30 - Música e informação
12h - Senado Resumo
12h30 - Música e informação
14h - Cine Musical
14h15 - Música e informação
15h - Autores e Livros
15h20 - Música e informação
18h - Improviso Jazz
19h - Música e informação
20h - Escala Brasileira
21h - Música e informação
22h - Cine Musical
22h15 - Música e informação
DOMINGO
6h - Matinas
7h - Música e informação
8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
9h20 - Música e informação
10h - Cine Musical
10h15 - Música e informação
16h - Prosa e Verso (reprise)
16h30 - Música e Informação
17h - Reportagem Especial
17h30 - Música e informação
20h - Jazz & Tal
21h - Música e informação

De segunda a sexta-feira, a programação da Rádio Senado e da TV Senado dedica-se prioritariamente à transmissão ao vivo das sessões realizadas no Plenário e nas comissões. Não havendo sessão, as emissoras transmitem reuniões de comissões que não puderam ser transmitidas

ao vivo, programas jornalísticos sobre as atividades dos senadores, reportagens especiais sobre temas em discussão na Casa e reprises de sessões. No caso da Rádio Senado, a programação inclui também seleções musicais.

Como sintonizar

TV A CABO: (55) e Manaus (57).

TV POR ASSINATURA: Sky (canal 118), Directv (217) e Teccat (17)

UHF: João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (canais 36 e 51), Salvador (53), Recife

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:
Satélite: B1
Transponder: 11 A2
Polarização: horizontal
Frequência: 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite: B1
Transponder: 1 Banda Estendida
Polarização: vertical
Frequência: 3.644,4 MHz
Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz
Antena: 3,6 m

PID - Vídeo: 1110

Áudio: 1211

PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio

Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate: 3,2143Ms/s

FEC: 3/4

Como sintonizar

FM

Brasília (DF) e regiões vizinhas - 91,7 MHz
Natal (RN) - 106,9 MHz (caráter experimental)

ONDAS CURTAS

Frequência de 5.990 kHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio dos programas *Real Player* ou *Windows Media Player*

ANTENA PARABÓLICA

Satélite Brasilsat B1; receptor na frequência de 4.130 MHz; polarização horizontal; transponder: 11 A2

voz do leitor

Mototáxi

"Como funcionário da Câmara Municipal, parabeno o Senado por aprovar o PLS 203/01, que regulamentou as profissões de mototaxistas e motoboys e fará com que oportunidades de empregos sejam regularizadas em todo o país, beneficiando mais de 1 milhão de famílias, apesar do grande perigo."

Manuel Antonio, de Silves (AM)

Representação

"A taxa de mortalidade de motociclistas cresceu 540% em quase dez anos. Em 2004, no estado do Tocantins, houve 8,1 mortes por 100 mil habitantes, que, comparadas às de outros estados, como São Paulo, exigem imediata ação do Ministério da Justiça. O que acontece no Tocantins é um desastre, é carta marcada!"

Edivelton Tadeu Mendes, de São Paulo (SP)

Concursos

"Sugiro que o Senado crie leis mais rigorosas em relação aos concursos públicos, uma vez que se divulga um número de vagas e elas não são preenchidas, deixando várias pessoas em desvio de função, ou mesmo em cargos políticos. As pessoas que pagaram as taxas de inscrição, que não são nada baixas, e foram aprovadas clamam por justiça."

Joélia de Souza Silva Custódio, de Francisco Morato (SP)

Raiva

"Sugiro um projeto de lei que proponha colocar à disposição, em todas as cidades do Brasil, vacina contra raiva financiada pelo governo federal."

Carlos César Nunes Correa, de Niterói (RJ)

Papel reciclado

"Proponho que o governo adote o uso do papel reciclado nas repartições públicas, tais como escolas, hospitais e delegacias. A medida, além de servir de exemplo para outros órgãos, contribuirá

muito para a economia do Estado, além de reduzir os impactos ambientais. A iniciativa é uma medida simples que depende apenas de uma decisão política."

Fernando Melo, de Igarassu (PE)

Caça esportiva

"Manifesto opinião favorável à regularização da caça esportiva e comercial no Brasil. Só a caça esportiva movimenta US\$ 13 bilhões anuais nos Estados Unidos. A soma dos dois tipos de caça atinge US\$ 25 bilhões por ano. A medida não prejudicaria o meio ambiente porque os impostos, com essa regularização, seriam destinados ao meio ambiente."

Carlos Gean Pereira Gonzaga, de São Gonçalo do Piauí (PI)

Educação

"Sobre a edição 3.049/224 do **Jornal do Senado**, gostaria de parabenizar o senador Marco Maciel pelo discurso a favor da qualidade na educação pública brasileira; o senador Cristovam Buarque, pela brilhante e incansável atuação a favor da educação de qualidade; e o ministro da Educação, Fernando Haddad, pelo lançamento do Plano Nacional de Formação de Professores, que é um passo fundamental na busca da qualidade do ensino básico no país. Precisamos de mais representantes públicos abraçando essa nobre causa."

Leandro F. Gomes, de Ponte Nova (MG)

Direito materno

"Parabeno a decisão do Senado de aprovar a Lei 11.942/09. Segundo consta, presas gestantes terão condições mínimas de assistência, como acompanhamento médico durante o pré-natal e o pós-parto, além de garantia de atendimento clínico ao bebê. Essa é uma atitude que põe em prática os direitos e as garantias previstos na Constituição federal. Parabéns aos senadores envolvidos na apresentação e na aprovação dessa proposta."

Phelipe Cavalcante, do Recife (PE)

frases



Não podemos mais permitir que pessoas que nunca trabalharam na área [educação especial] e foram indicadas unicamente por serem parentes de deputados fiquem dizendo o que deve acontecer de maneira equivocada, mal-intencionada, desqualificada e eu até diria sem caráter. Chega!

Flávio Arns, sobre a Secretaria de Educação Especial, do MEC, que elaborou documento para acabar com as escolas especiais.



JOSÉ CRUZ

O presidente Lula é o maior *pizzaiolo* do país

Alvaro Dias, reagindo à declaração do presidente de que os senadores "são todos bons *pizzaiolos*".

Naquela época a gente não pegava nem gripe, quanto mais presidência e relatoria

Aloizio Mercadante, ao rejeitar argumento da oposição de que haveria uma tradição no Senado de dividir o comando das CPIs.

Esta crise, pelo que me parece, não veio para passar rapidamente. Isto não é uma chuva de verão, não. Esta é uma chuva longa, que já está causando inundações e vai causar mais problemas

Jefferson Praia, em análise sobre os efeitos da atual conjuntura.

É inegável a curva de melhora do Senado. Algumas pessoas podem não reconhecer, mas várias providências estão sendo tomadas na Casa

Eu digo com a maior tristeza, com a maior mágoa. Nessa altura, não adianta o presidente Sarney se licenciar. Ele tem que renunciar à Presidência do Senado

Pedro Simon, durante pronunciamento em Plenário.

Roberto Cavalcanti, sobre balanço do semestre apresentado por José Sarney sexta-feira em Plenário, em que elencou votações e medidas administrativas adotadas.



WALDEMIR RODRIGUES

Palavra de político está valendo muito pouco; de parlamentar, menos ainda; e, de senador, quase não vale, se não der prejuízo

Sérgio Guerra, em debate sobre a crise no Senado, em Plenário.

O presidente Fernando Henrique cometeu um grande erro quando, por corrupção, extinguiu a Sudam e a Sudene. Um grande erro do governo do qual fui líder e ministro

Arthur Virgílio, em autocrítica.



Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, Senado Federal, edifício Anexo I, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

pergunte ao senador

"Por que o Brasil não tem leis mais rigorosas para acabar com a pedofilia e por que várias crianças estão tendo que vender o que têm de mais precioso para alimentar a casa? Será que não deveria haver mais recursos para gerar empregos no Brasil?"

Leonardo Vieira dos Santos, de Salvador (BA)

Legislação contra pedofilia é muito recente

O senador **Magno Malta (PR-ES)** responde: Leonardo, sou presidente da CPI da Pedofilia e, realmente, o Brasil não tinha leis relativas a esse abuso que é a pedofilia e, quando tinha, não eram tão rigorosas. Nós estamos construindo essas leis. Hoje, fotografar, filmar, levar, enviar e divulgar material com crianças e adolescentes é um tipo penal chamado crime de abuso de crianças de até 14 anos. Para esse crime, 30 anos sem progressão de regime, ou seja, sem redução da pena por bom comportamento. Quem facilita esse crime? O cafetão, uma mãe bandida, um pai bandido, um tio. Nós temos que trabalhar divulgando a lei e trabalhando na prevenção.



WALDEMIR RODRIGUES

Banco de dados nacional facilita adoção

Criado há pouco mais de um ano, o Cadastro Nacional de Adoção (CNA) tem se mostrado um eficiente instrumento para acelerar o processo de adoção no país. A ferramenta foi desenvolvida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e consiste em um banco de dados – único e nacional – com informações sobre crianças e adolescentes em condições de serem adotados e pretendentes habilitados a adotar. A principal vantagem é o cruzamento de informações, que possibilita a uma criança de uma cidade ser adotada por alguém que mora em outra.

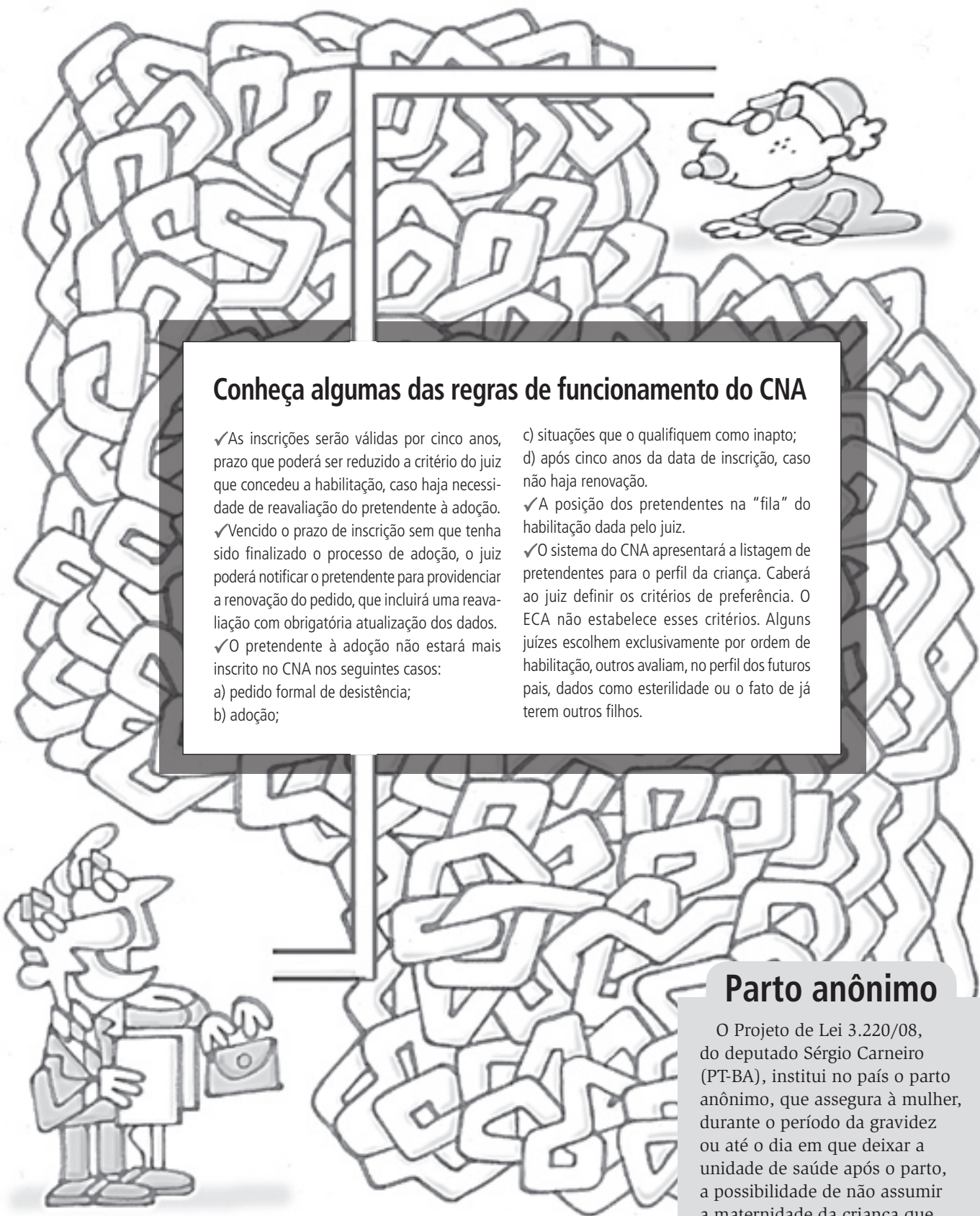
Interessado pode receber criança de outra cidade

Anteriormente regionalizadas, as informações sobre o perfil de crianças e adolescentes e de pessoas aptas a adotar, além da localização e do número de abrigos no país, estão agora disponíveis no Cadastro Nacional de Adoção (CNA). Os dados referentes aos processos de adoção são inseridos obrigatoriamente pelos juízes das varas da Infância e da Juventude ou pelas corregedorias-gerais de Justiça dos estados, administradoras do CNA e responsáveis por criar o acesso para os usuários do sistema.

O cadastro amplia a abrangência da consulta aos pretendentes, que só tinham a possibilidade de adotar crianças que morassem na localidade em que o pedido havia sido feito. Antes, para fazer uma nova tentativa de adoção em outro lugar do país, era preciso passar por novo processo de habilitação, com a apresentação de documentos, entrevistas com psicólogos e assistentes sociais e um parecer do juiz da vara da Infância e da Juventude. Agora, os pretendentes habilitados em uma localidade têm a chance de encontrar a criança com o perfil desejado em qualquer parte do Brasil.

A ampliação das possibilidades de consulta aos pretendentes também colabora para que seja cumprida a determinação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei 8.069/90) de que, apenas quando esgotadas as chances de adoção nacional, os órfãos sejam encaminhados para adoção internacional.

No entanto, um dos grandes entraves para o aumento do número de adoções é justamente o perfil que as pessoas cadastradas traçam para os futuros filhos adotivos. Segundo a juíza Cristiana Cordeiro, membro do comitê gestor do CNA, a maioria deseja uma criança sem problemas de saúde, de cor branca, do sexo feminino e recém-nascida.



Conheça algumas das regras de funcionamento do CNA

- ✓ As inscrições serão válidas por cinco anos, prazo que poderá ser reduzido a critério do juiz que concedeu a habilitação, caso haja necessidade de reavaliação do pretendente à adoção.
- ✓ Vencido o prazo de inscrição sem que tenha sido finalizado o processo de adoção, o juiz poderá notificar o pretendente para providenciar a renovação do pedido, que incluirá uma reavaliação com obrigatória atualização dos dados.
- ✓ O pretendente à adoção não estará mais inscrito no CNA nos seguintes casos:
 - a) pedido formal de desistência;
 - b) adoção;
 - c) situações que o qualifiquem como inapto;
 - d) após cinco anos da data de inscrição, caso não haja renovação.
- ✓ A posição dos pretendentes na "fila" do habilitação dada pelo juiz.
- ✓ O sistema do CNA apresentará a listagem de pretendentes para o perfil da criança. Caberá ao juiz definir os critérios de preferência. O ECA não estabelece esses critérios. Alguns juízes escolhem exclusivamente por ordem de habilitação, outros avaliam, no perfil dos futuros pais, dados como esterilidade ou o fato de já terem outros filhos.

Parto anônimo

O Projeto de Lei 3.220/08, do deputado Sérgio Carneiro (PT-BA), institui no país o parto anônimo, que assegura à mulher, durante o período da gravidez ou até o dia em que deixar a unidade de saúde após o parto, a possibilidade de não assumir a maternidade da criança que gerou. Uma das determinações previstas no projeto é a de que, após 30 dias da saída do hospital, a criança nascida no parto anônimo seja incluída no Cadastro Nacional de Adoção (CNA). A proposta foi rejeitada na Comissão de Seguridade Social e Família e deve passar ainda pela análise da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara.

Há mais pretendentes a pais que crianças para serem adotadas

Entre as informações contidas no CNA, está a preferência dos futuros pais a respeito de raça, idade, sexo e quantidade de crianças a serem adotadas. Os mesmos dados em relação às crianças, além da existência de irmãos e da ocorrência de problemas de saúde, também estão registrados no sistema.

Dados do início de julho revelam que estão cadastradas 3.519 crianças aptas a serem adotadas e 22.859 pretendentes à adoção. O estado de São Paulo é o que possui o maior número de crianças cadastradas. São 6.093 pretendentes para 1.133 menores em busca de um lar. Em seguida, está o Rio Grande do Sul, com 4.026 pretendentes para 734 crianças e,

logo após, o Paraná, com 3.332 pretendentes para 369 crianças.

A Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República é um dos usuários do CNA. Para orientar o planejamento e a formulação de políticas públicas voltadas para as crianças e adolescentes que esperam por um lar, a secretaria faz consultas e emite os relatórios estatísticos dos dados do cadastro.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é o administrador do sistema do CNA, tendo acesso irrestrito às informações. Cabe ao CNJ garantir a segurança do sistema e dos dados nele contidos. As corregedorias-gerais estaduais de Justiça

têm acesso aos dados e devem fornecer aos juízes da infância e da juventude a senha para entrar no CNA.

São usuários do CNA

- * Juízes de Direito das varas da Infância e da Juventude.
- * Promotores de Justiça com atribuição para a infância e juventude.
- * Comissões estaduais judiciárias de adoção e comissões estaduais judiciárias de adoção internacional.
- * Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.
- * Auxiliares do juiz: serventuários e técnicos da Justiça da infância e da juventude.

Saiba mais

Conselho Nacional de Justiça (CNJ)
Praça dos Três Poderes, Supremo Tribunal Federal, Anexo I – s/n
Brasília (DF) – CEP 70175-900
(61) 3217-4862